

Cleber Bianchessi
Organizador

Políticas Públicas

Diálogos,
Experiências e
Desafios

Vol. 5



POLÍTICAS PÚBLICAS

Diálogos, Experiências e Desafios

Vol. 5





AVALIAÇÃO, PARECER E REVISÃO POR PARES


Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Maria Alice Benevides CRB-1/5889

E26	Políticas públicas: diálogos, experiências e desafios –
1.ed.	Vol. 5 [recurso eletrônico] / [org.] Cleber Bianchessi. – 1.ed. – Curitiba-PR, Editora Bagai, 2025, 101p. Recurso digital. Formato: e-book ISBN: 978-65-5368-607-6 1. Políticas públicas. 2. Experiências. 3. Diálogos. I. Bianchessi, Cleber.
10-2025/10	CDD 370.7 CDU 37.01

Índice para catálogo sistemático:

1. Políticas Públicas 370

 <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-607-6.27.02.25>

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da Editora BAGAI por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfílmicos, fotográficos, videográficos, reprográficos, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br

Cleber Bianchessi
Organizador

POLÍTICAS PÚBLICAS

Diálogos, Experiências e Desafios

Vol. 5



1.ª Edição – Copyright© 2025 dos autores.
Direitos de Edição Reservados à Editora Bagai.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es).
As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editor-Chefe</i>	Prof. Dr. Cleber Bianchessi
<i>Revisão</i>	Os autores
<i>Capa & Diagramação</i>	Luciano Popadiuk
<i>Conselho Editorial</i>	Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOESC Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo - CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado – UFSC Dra. Andressa Grazielle Brandt – IFC - UFSC Dr. Antonio Xavier Tómo - UPM - MOÇAMBIQUE Dra. Camila Cunico – UFPB Dr. Carlos Alberto Ferreira – UTAD - PORTUGAL Dr. Carlos Luís Pereira – UFES Dr. Claudino Borges – UNIPLAGET – CABO VERDE Dr. Cledione Jacinto de Freitas – UFMS Dra. Clélia Peretti – PUC-PR Dra. Dalia Peña Islas - Universidad Pedagógica Nacional - MÉXICO Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL Dra. Denise Rocha – UFU Dra. Elisa Maria Pinheiro de Souza – UEPA Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESC Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima - UFPI Dr. Ernane Rosa Martins – IFG Dra. Flavia Gaze Bonfim – UFF Dr. Francisco Javier Cortazar Rodríguez - Universidad Guadalajara – MÉXICO Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes – UENP Dr. Hélder Rodrigues Maiunga - ISCED-HUILA - ANGOLA Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM Dr. Humberto Costa – UFPR Dra. Isabel Maria Esteves da Silva Ferreira – IPPortalegre - PORTUGAL Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira – PUC-SP Dr. João Paulo Roberti Junior – UFRR Dr. Joao Roberto de Souza Silva - UPM Dr. Jorge Carvalho Brandão – UFC Dr. Jose Manuel Salum Tome, PhD – UCT - Chile Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya - CUIM-MÉXICO Dr. Juliano Milton Kruger - IFAM Dra. Karina de Araújo Dias – SME/PMF Dra. Larissa Warnavin – UNINTER Dr. Lucas Lenin Resende de Assis - UFPA Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ Dra. Luísa Maria Serrano de Carvalho - Instituto Politécnico de Portalegre/CIEP-UE - POR Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFTM Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra - UFPA Dr. Marciel Lohmann – UEL Dr. Márcio de Oliveira – UFAM Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR Dra. María Caridad Bestard González - UCF-CUBA Dra. Maria Lucia Costa de Moura – UNIP Dra. Marta Alexandra Gonçalves Nogueira - IPLEIRIA - PORTUGAL Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPE Dr. Nicola Andrian - Associação EnARS, ITÁLIA Dra. Patricia de Oliveira - IF BAIANO Dr. Paulo Roberto Barbosa – FATEC-SP Dr. Porfirio Pinto – CIDH - PORTUGAL Dr. Rogério Makino – UNEMAT Dr. Reiner Hildebrandt-Stramann - Technische Universität Braunschweig - ALEMANHA Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS Dr. Ricardo Cauai Ferreira - UNITEL - ANGOLA Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto – UNICENTRO Dra. Rozane Zaionz - SME/SEED Dr. Samuel Pereira Campos - UEPA Dr. Stelio João Rodrigues - UNIVERSIDAD DE LA HABANA - CUBA Dra. Suéli da Silva Aquino - FIPAR Dr. Tiago Tendai Chingore - UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes – UNIANDE/UK-ARGENTINA Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández – UCLV - CUM - CUBA Dra. Vanessa Freitag de Araújo – UEM Dr. Walmir Fernandes Pereira – FLSHEP - FRANÇA Dr. William Douglas Guilherme – UFT Dr. Yoissell López Bestard- SEDUCRS

APRESENTAÇÃO

Constantemente, o debate sobre políticas públicas no Brasil ganha novos contornos, impulsionado por desafios sociais complexos e pela necessidade de aprimoramento contínuo da gestão pública. Nesse contexto, o quinto volume da série “Políticas Públicas: Diálogos, Experiências e Desafios” apresenta uma coletânea de pesquisas e estudos que exploram a diversidade e a complexidade desse campo. Este volume reúne uma coletânea de investigações e reflexões que expressam as contribuições e adversidades das políticas públicas no Brasil. De fato, através de diferentes perspectivas e abordagens, os autores nos convidam a refletir sobre os desafios e as possibilidades de construção de um Estado mais justo e eficiente.

A princípio, o livro inicia com o capítulo “Carta de Serviços ao Usuário nas Instituições Públicas: Teses e Dissertações Brasileiras”, que analisa a produção acadêmica sobre a implementação e os impactos das cartas de serviços nas instituições públicas brasileiras. Além disso, esse capítulo oferece um panorama das pesquisas recentes sobre o tema.

Na sequência, o segundo capítulo, “Não Como Combater a Evasão Escolar no Ensino Médio da Rede Pública”, aborda um dos grandes desafios da educação brasileira: a evasão escolar no ensino médio. Nesse sentido, as autoras apresentam dados e análises sobre as causas desse problema e propõem estratégias para combatê-lo.

Por sua vez, o terceiro capítulo, Abandone seu Futuro: “Políticas públicas de segurança alimentar e sua relação com as escolas públicas”, discute a importância das políticas de segurança alimentar para a garantia do direito à alimentação adequada e saudável, com foco na sua interface com as escolas públicas. Ademais, esse capítulo destaca a relevância das escolas como espaços de promoção da segurança alimentar.

Em seguida, o quarto capítulo, “Quanto se Cobre? Uma Análise de 10 Anos da Cobertura Vacinal do Brasil contra a Poliomielite”, apresenta uma análise da cobertura vacinal contra a poliomielite no Brasil nos últimos dez anos, investigando os fatores que influenciam a adesão à vacinação e os desafios para a erradicação da doença. Assim, os autores buscam contribuir para o fortalecimento das políticas de vacinação no país.

Similarmente, o quinto capítulo, “Mapeamento de Processos no Âmbito Público: Teses e Dissertações Brasileiras”, explora a utilização de técnicas de mapeamento de processos na gestão pública, com base em teses e dissertações brasileiras que abordam o tema. Dessa forma, o capítulo busca evidenciar o potencial do mapeamento de processos para a melhoria da eficiência e da eficácia da gestão pública.

Por fim, o sexto capítulo, “Como as Políticas Públicas Brasileiras têm Abordado a Alfabetização e o Letramento ao Longo das Últimas Décadas, e Quais são os seus Impactos na Sociedade”, analisa a evolução das políticas públicas de alfabetização e letramento no Brasil nas últimas décadas, investigando seus impactos na sociedade. Portanto, o capítulo oferece uma reflexão sobre os avanços e os desafios das políticas de alfabetização e letramento no país e, por fim, o sétimo capítulo disserta sobre estudo de revisão sistemática por meio do uso de instrumento de avaliação externa para atos regulatórios elaborados pelo INEP.

Diante do exposto, esperamos que esta obra contribua para o debate e a reflexão sobre as políticas públicas no Brasil, e que possa inspirar novas pesquisas e ações para a construção de um país mais justo e igualitário. Além disso, desejamos que os *insights* aqui apresentados possam auxiliar gestores públicos, pesquisadores, estudantes e demais interessados na área a compreenderem melhor os desafios e as oportunidades para o aprimoramento das políticas públicas no Brasil. Dessa forma, acreditamos que este livro se torna uma ferramenta valiosa para a construção de um futuro mais promissor para o nosso país.

Equipe editorial

SUMÁRIO

CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS9

Augusto dos Santos Lima | Alinne Louise Feliciano Dantas | Anna Cláudia dos Santos Nobre

NÃO ABANDONE SEU FUTURO: COMO COMBATER A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA..... 23

Ana Célia de Brito Campos | Elaine Cristina da Silva Martins

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E SUA RELAÇÃO COM AS ESCOLAS PÚBLICAS 35

Clovis Schmitt Souza | Gustavo Matias Remboski

QUANTO SE COBRE? UMA ANÁLISE DE 10 ANOS DA COBERTURA VACINAL DO BRASIL CONTRA A POLIOMIELITE.....45

Kaliana Moura Silva | Augusto Fonseca Rego | Beatriz Schmoeller Rode |
Eduardo Gomes Pato Nogueira | Leonardo De Marco Silva |
Pedro Henrique Lima Domingues | Patricia Cincotto dos Santos Bueno

MAPEAMENTO DE PROCESSOS NO ÂMBITO PÚBLICO: TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS 55

Alinne Louise Feliciano Dantas | Augusto dos Santos Lima | Anna Cláudia dos Santos Nobre

COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS TÊM ABORDADO A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO AO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS, E QUAIS SÃO OS SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE 71

Lucileide Ferreira Gomes | Elaine Cristina da Silva Martins

ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA: USO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO EXTERNA PARA ATOS REGULATÓRIOS ELABORADOS PELO INEP.....83

Tânia Aparecida Soares | Rodrigo Otávio dos Santos

SOBRE O ORGANIZADOR.....99

ÍNDICE REMISSIVO100

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

Nelson Mandela

CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS

Augusto dos Santos Lima¹
Alinne Louise Feliciano Dantas²
Anna Cláudia dos Santos Nobre³

INTRODUÇÃO

Embora a burocracia seja uma característica presente em todos os níveis da administração pública, é possível perceber que sua eficiência está diretamente ligada à habilidade de cada instituição em equilibrar a necessidade de regras com a agilidade no atendimento às demandas da sociedade (Negri; Modelski, 2021). Em um cenário ideal, a simplificação dos processos burocráticos ajudaria a tornar tudo mais transparente e rápido, sem perder a legalidade e a organização essenciais para o bom funcionamento do Estado.

As mudanças começaram a ocorrer no fim da década de 70, conforme (Matias-Pereira, 2014)

Observa-se que a partir do final da década de 1970 começaram a ocorrer mudanças nos paradigmas da Administração Pública, com a criação de um novo modelo denominado gerencial, que tinha como apreensão principal o destaque na eficiência e no controle dos resultados (Matias-Pereira, 2014, p. 7)

Embora a sociedade tenha passado por transformações significativas na administração pública nos últimos tempos, ainda há necessidade de aprimorar os sistemas e as tecnologias utilizadas pelo setor. Nota-se que o serviço público vem buscando alternativas para suprir as necessidades dos usuários.

¹ Mestrando em Administração Pública (UFRN). Técnico Administrativo (UFRN). CV: <https://is.gd/eRvpXZ>

² Mestranda em Administração Pública (UFRN). TAS/Administradora (SESAP/RN). CV: <https://is.gd/IIAPoZ>

³ Doutorado em Administração (UFRN). Docente (UFRN). CV: <https://is.gd/5cona3>

A inovação constante dessas ferramentas é essencial para que os serviços oferecidos ao público sejam não apenas de qualidade, mas também mais rápidos e eficientes, atendendo de forma adequada às crescentes demandas da população. A busca por soluções tecnológicas que simplifiquem processos e melhorem a comunicação entre governo e cidadãos pode ser um grande passo para um serviço público mais ágil e transparente.

A princípio, cabe destacar que a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 37, inciso XXII, estabelece que os serviços públicos sejam disponibilizados com eficiência e eficácia. Em conjunto, a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011 (Brasil, 2011) prescreve devem ser claras e precisas sobre os serviços prestados.

A Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, vai além, estabelecendo diretrizes para a criação das Carta de Serviço ao Usuário.

Art. 7º: § 1º A Carta de Serviços ao Usuário tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. (Brasil, 2017b).

Esta lei é detalhada e reforçada pelo Decreto nº 9.094/2017, que facilita a implementação das normas, simplificando o atendimento ao público.

Art. 11. Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal que prestam atendimento aos usuários dos serviços públicos, direta ou indiretamente, deverão elaborar e divulgar Carta de Serviços ao Usuário, no âmbito de sua esfera de competência (Brasil, 2017a)

Nos órgãos Públicos e privados, a adoção das Carta de Serviços tem se mostrado uma ferramenta eficaz para promover mudanças relevantes, ao definir padrões de qualidade, prazos de atendimento e procedimentos claros para os usuários.

A agilidade na entrega dos serviços, sistemas de atendimento flexíveis e personalizados, excelência no atendimento, manutenção de canais de comunicação abertos e uma avaliação contínua dos serviços são fundamentais para assegurar uma experiência positiva aos usuários, (Matias-Pereira 2014, p. 93)

Além de não só fortalecer a confiança entre a instituição e seus *stakeholders*, mas também contribui para uma gestão mais eficiente e responsável.

Diante desse contexto, o objetivo dessa pesquisa é analisar como as teses e dissertações brasileiras descrevem o impacto das Carta de Serviços nas instituições Públicas e como essas ferramentas contribuem para a melhoria da comunicação, entre as instituições e os cidadãos.

DESENVOLVIMENTO

A Carta de Serviços é um instrumento de gestão pública, que contém informações sobre os serviços públicos prestados de forma direta ou indireta pelos órgãos e entidades da administração pública, (Brasil, 2014). Além de visar diversas formas de acesso, propõe a desburocratização e padroniza a qualidade dos atendimentos aos usuários.

Em 2005 a Carta de Serviços foi implementada no governo federal, através do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA). A formalização e implementação das cartas de serviços nos órgãos públicos no Brasil ocorreu por meio da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que instituiu diretrizes para sua elaboração. Essa lei surgiu em um contexto em que a gestão pública brasileira buscava modernizar-se e aprimorar a comunicação com a sociedade, visando maior transparência e eficácia.

Embora as cartas de serviços ofereçam benefícios significativos, sua implementação não está isenta de desafios.

Para que um órgão público realmente consiga pactuar compromissos de qualidade que atendam às expectativas da sociedade e principalmente seja capaz de cumpri-los é necessário todo um processo de transformação organizacional que deve ser apoiado pela utilização de diversas metodologias de gestão (Sallum, 2022, p. 16).

Vale ressaltar que muitos desafios ainda impactam os estudos relacionados à carta de serviços, e ainda há muito a ser explorado sobre os benefícios que a “Carta” oferece aos setores públicos e os cidadãos. Nesse panorama, a primeira etapa da pesquisa foi realizar uma busca no banco de teses e dissertações da CAPES utilizando a *string* “Cartas de Serviços”,

foram encontrados apenas 15 (quinze) estudos; sendo 14 (quatorze) dissertações e 1 (uma) tese.

No entanto, 4 (quatro) desses estudos não estavam disponíveis no catálogo da CAPES, e buscadas no repositório das universidades. Logo após, foram realizadas as leituras dos resumos dos trabalhos encontrados e adotado como critério de exclusão o alinhamento aos objetivos da pesquisa. Nessa etapa foi verificado que 3 (três) estudos não correspondiam à temática da pesquisa. Diante do exposto, o *corpus* da pesquisa foi composto por 12 (doze) estudos sobre cartas de serviços, sendo a maior parte realizada por Universidades Públicas Federais, como indicado no Quadro 1.

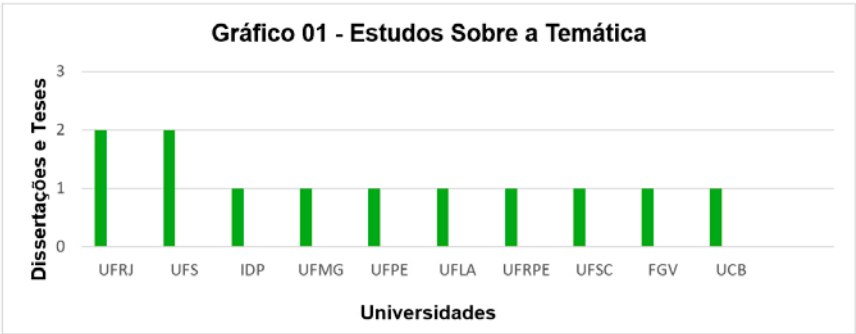
Quadro 1 – Dissertações sobre Carta de Serviços

Id.	Tipo	Ano	Autor	Instituição	Área do curso
E1	Dissertação	2022	Diego Rodrigues da Silva Santos	UFS	Administração
E2	Dissertação	2022	Bernardo da Rocha Spiegel Sallum	IDP	Administração
E3	Dissertação	2014	Cristiane Carmo Iglesias Mendes	UFRJ	Informática
E4	Dissertação	2019	Paulo Fernando da Silva	UFMG	Ciência da Informação
E5	Dissertação	2021	Vinícius de Souza Nascimento	UFS	Administração
E6	Dissertação	2016	Renata Gomes Mendes	UFPE	Administração
E7	Dissertação	2019	Gilson David Lacerda	UFLA	Administração
E8	Dissertação	2018	Joyce Vasconcelos Coutinho dos Reis	UFRPE	Administração
E9	Dissertação	2021	Alexandre Edmundo Eltermann Ribeiro	UFSC	Ciência da Informação
E10	Dissertação	2012	Rafael Sousa Lima	FGV	Administração

Id.	Tipo	Ano	Autor	Instituição	Área do curso
E11	Dissertação	2016	Mauricio Telles Bigio	UCB	Gestão do conhecimento e Tecnologia da informação
E12	Tese	2022	Giuliano Magno de Oliveira Condé	UFRJ	Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento

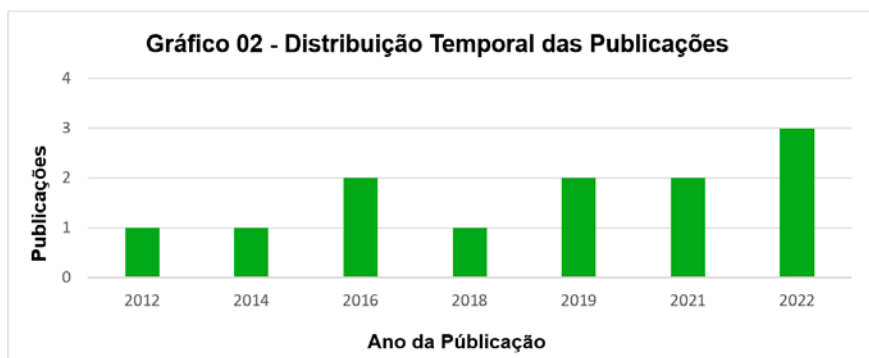
Fonte: elaboração própria, 2025.

A partir da pesquisa realizada no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES utilizando a *string* “Cartas de Serviços” se evidencia que nas Universidades UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro e UFS – Universidade Federal de Sergipe, apresentaram mais estudos sobre a temática, em destaque para UFRJ com 1 (uma) Tese, enquanto as outras instituições indicaram apenas 1 (um). Conforme o gráfico 01.



Fonte: elaboração própria, 2025.

Analisando a distribuição temporal das publicações, verifica-se que o primeiro estudo sobre o tema foi publicado em 2012. No entanto, o ano de maior produção foi em 2022, que registrou três publicações, conforme ilustrado no Gráfico 02.



Fonte: elaboração própria, 2025.

No que diz a respeito à área da pesquisa, estão presentes nas mais diversas áreas, com a predominância na Administração. No âmbito dos objetivos do estudo e, de maneira organizada com os trabalhos acadêmicos, como Teses e Dissertações sobre a temática Carta de Serviços nas quais as pesquisas estavam categorizadas, constata-se estudos com maior ênfase em Serviços oferecidos ao Usuário nas instituições públicas. Em termos gerais, as pesquisas apresentam como objetivos investigações da eficiência dos serviços oferecidos no ambiente da gestão pública, com foco na transformação digital, na acessibilidade e na qualidade dos serviços prestados.

Fazendo uso das codificações das pesquisas conforme o Quadro 01, identifica-se que E5 enfatiza o código de defesa dos usuários dos serviços públicos: análise da efetividade no estado de Sergipe e dos desafios e oportunidades do novo normal. E11 discorre o papel do orçamento público como uma ferramenta essencial para a gestão dentro das organizações governamentais, com um foco específico na análise de como a Polícia Federal utiliza esse instrumento para otimizar suas operações e alcançar seus objetivos.

O E3 e E1 visa a melhoria da compreensão das Cartas de Serviços ao cidadão, promovendo uma estruturação mais eficiente das informações em conjunto com modelos de processo. Da mesma forma, E6 busca detalhar a descrição da prestação de serviços públicos a partir dos processos de negócios, com a missão de aprimorar a Carta de Serviços ao cidadão e melhorar a comunicação e compreensão dos serviços públicos. Enquanto o E8 aborda uma proposta de Cartas de Serviços ao Usuário, como estruturação para Universidade Federal do Pernambuco.

Semelhantemente a esse, os E9 e E2 se dedicam a implementação da Carta de Serviços ao Usuário, conforme o que estabelece a Lei nº 13.460/2017, nos órgãos públicos. O estudo do trabalho E7 apresenta o processo de criação processo de criação e implementação do setor de “Pós-compra” em uma Universidade pública localizada no sul de Minas Gerais e analisar se essa ação pode ser considerada uma ação empreendedora.

Já a pesquisa E12, em seu objetivo, busca descrever a configuração da inovação em serviços em universidades públicas. De maneira análoga, E10 discute-se a criação de uma ontologia para a formalidade dos serviços prestados nas grandes cooperações, com o objetivo de criar uma Carta de Serviços de maneira colaborativa. Assim como visto nas pesquisas anteriores, em E4, explora como a disseminação de informações nas bibliotecas universitárias pode ser aprimorada por meio da implementação de uma Carta de Serviços.

Os métodos de coleta de dados utilizado pelas pesquisas foram variados, sendo o mais frequente a pesquisa qualitativa, que é um método que visa o nível da realidade que não pode ser quantificado, constando em 8 (oito) pesquisas científicas (E1, E2, E5, E6, E7, E8, E10 e E11); a pesquisa qualiquantitativa em 3 (três) (E4, E9 e E12) e 1 (uma) (E3) utilizou um levantamento bibliográfico com o objetivo de identificar referências para obter uma base teórica sobre o assunto e verificar os trabalhos relacionados já existentes.

A fim de compreender com mais detalhes os resultados adquiridos no levantamento realizado das Dissertações e Teses, o Quadro 2 mostra uma visão minuciosa dos resultados analisados e apresentados pelos próprios autores. Além de mostrar que os estudos foram realizados em diversos órgão públicos.

Quatro 2 – Resultados dos estudos

ESTUDO	CITAÇÃO
E1	<p>“Conclui-se ser necessária a revisão da Carta de Serviços ao Usuário do Instituto Federal de Sergipe, como passo inicial do processo de Transformação Digital, já que é preciso conhecer as nuances dos processos, mediante seu mapeamento, estabelecendo as regras do negócio, que servirão de base para a oferta digital desses serviços, seja por meio de sistemas próprios, seja através do Portal “Gov.br”. (Santos; 2022 p.75)</p>
E2	<p>“Almeja-se que essa pesquisa possa contribuir para que a Administração Pública brasileira realmente possa entregar essa “CARTA” tão esperada por todos os cidadãos brasileiros. Espera-se também ter conseguido resgatar o verdadeiro conceito de Carta de Serviços, aparentemente perdido no Brasil, e ter demonstrado que a sua utilização de forma correta, como no caso da cidade de Madri, pode transformá-la em um verdadeiro indutor de melhorias para a administração pública em conjunto com a sociedade”. (Sallum; 2022 p.127)</p>
E3	<p>“Foi possível concluir que o guia não apresentou dificuldades de aplicação tanto por analistas experientes como analistas com conhecimento básico em modelagem de processos, apesar do tempo de execução do processo contido no Guia Unificado de Elaboração da Carta de Serviços ter sido longo (em média 5 horas para elaborar cada Carta de Serviços Comunicável por Modelos de Processo). Também foi possível concluir que o conjunto de características, operacionalizações e mecanismos de implementação propostos pela especialização do catálogo, para atender aos requisitos contidos no Decreto 6.932 (2009) e no Guia para Elaboração da Carta de Serviços (GESPUBLICA, 2009), foram suficientes para a transformação do modelo organizacional em um novo modelo de processos inteligível”. (Mendes; 2014 p.83)</p>
E4	<p>“Conclui-se, inicialmente, que, mesmo considerando a volatilidade com que as leis no Brasil são editadas, modificadas ou até mesmo obliteradas, não se vislumbra, em horizonte próximo, mudanças profundas tendentes a reverter o direito de o cidadão ser informado, sendo a carta de serviços um componente importante nesse contexto. Uma segunda conclusão levada a termo do que foi aqui investigado diz respeito à hipótese de ter havido correlação entre a classificação avaliativa das IFES pelo IGC, os aspectos geográficos e a qualidade das cartas de serviços no tocante ao trecho que faz menção às bibliotecas universitárias.</p>

ESTUDO	CITAÇÃO
	<p>Após a análise desses elementos, não foi constatada a existência dessa correlação, isto é, as IFES melhor classificadas pelo IGC não necessariamente são aquelas que apresentam informações mais completas sobre as bibliotecas em suas cartas de serviços, independentemente da região geográfica em que se encontram. Outra conclusão advém da análise dos dados apurados, cujo desfecho demonstrou que, no tocante à parte das cartas de serviços que trata das bibliotecas universitárias, as informações divulgadas não se mostram compatíveis com as diretrizes traçadas pelas normas regentes da matéria”. (Silvia; 2019 p.84-85)</p>
E5	<p>“Dentre as respostas obtidas para a questões, notou-se que, superada a <i>vacatio legis</i> prevista no CDUSP, não há, entre tais municípios ou mesmo no governo do estado (onde a lei está em vigor há aproximadamente 3 anos), qualquer exemplo de regulamentação referente à matéria, o que contraria o disposto na seção 2.2 e, especialmente, na subseção 2.3 do referencial teórico. Destaque-se, inicialmente, a completa ausência de funcionamento do conselho de usuários de serviços públicos entre todos os entes pesquisados. Ademais, constatou-se que a realização de pesquisa de satisfação, além de ser pouco usual (38% dos poderes executivos declararam realizar algum tipo de avaliação dos serviços), não revelou qualquer evidência de que estaria sendo feita em conformidade com a Lei 13.460/2017. Em relação à carta de serviços, apenas 33% declararam publicar e apenas 1 município (o que representa 8% das respostas ao item) realiza tal divulgação de forma similar ao estabelecido pelo CDUSP”. (Nascimento; 2016 p119)</p>
E6	<p>“A partir dos fluxos de controle também foi possível identificar no metamodelo a forma correta de se especificar as trocas de mensagens entre os agentes envolvidos, sejam internos ou externos ao processo. Essa correta especificação é representada como dito na subseção anterior por piscinas (<i>pools</i>) interligadas pelos fluxos de mensagens que caracterizam a comunicação entre os agentes externos e o processo propriamente dito”. (Mendes; 2016 p.81)</p>
E7	<p>“Verificou-se que o processo de criação do setor de “Pós-compra na Universidade pesquisada se iniciou no final do ano de 2015 em meio a um contexto marcado pela falta de eficiência no acompanhamento e monitoramento das obrigações contratuais e legais por parte dos licitantes e empresas contratadas pela instituição. Constatou-se, ainda, que a prática da ação empreendedora no setor público é influenciada por diferentes fatores, tais como contexto</p>

ESTUDO	CITAÇÃO
	organizacional (incluindo as lógicas e tensões institucionais), contexto externo à organização, orientação de vida dos indivíduos e interação social dos participantes” (Lacerda; 2019 p.97-98)
E8	“Após atingimento de todos os objetivos propostos pela pesquisa, o estudo trouxe contribuição teórica para o tema da Carta de Serviços ao Usuário , trazendo à tona a necessidade de avaliações referentes a modelos estruturados para a adequação aos novos anseios da sociedade e legislações governamentais brasileiras. Além disso, o estudo também traz contribuição prática, especialmente relacionado a modelos utilizados no âmbito dos serviços prestados pelas universidades públicas brasileiras ; isso foi possível através da construção e validação do <i>framework</i> , explicitando boas práticas a serem utilizadas pelas IFES ou outros órgãos governamentais, buscando atender usuários e decretos governamentais” (Reis; 2019 p.61)
E9	“Verificou-se que os resultados da pesquisa sobre o profissional Arquivista, apontaram que, no ano de 2021, dez anos após a Recomendação CSJT nº 12/2011 e, um ano depois da publicação da Resolução CNJ nº 324/2020, apenas 10 (41,67%) da totalidade dos TRTs brasileiros contam com o profissional Arquivista, para atender as demandas de gestão documental em seus respectivos quadros funcionais de servidores. Em contrapartida, em 14 (58,33%) dos TRTs o cargo de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Arquivologia ainda não faz parte dos seus quadros funcionais. Dessa forma, verificou-se que a maioria dos 24 TRTs, ainda não estão seguindo as recomendações CSTJ e a Resolução CNJ”. (Ribeiro; 2021 p.59)
E10	“A maioria dos gestores demonstrou pouco conhecimento sobre Plano Estratégico 2010/2022 , a Carta de Serviços ao Cidadão e o orçamento do órgão. Portanto, conclui-se que na PF o sentido das decisões orçamentárias tem por início os meios e por fim os resultados . Essa conduta não condiz com as modernas teorias no campo da gestão pública, para as quais o resultado deve ser o parâmetro para as decisões orçamentárias, e não os meios disponíveis”. (Lima; 2012; p.71-72)
E11	“Foi possível a criação da Carta de Serviços Interna (CSI) em ambiente wikicom potencial de propiciar a contínua evolução da carta e da própria ontologia, pois a comunidade de clientes tem possibilidade de interação com ambos, ainda que em níveis diferentes.” (Bigio, 2016 p.89)

ESTUDO	CITAÇÃO
E12	Ademais, verificou-se que a inovação em serviços é uma condição para implementação de políticas públicas que busquem influenciar a experiência do usuário em serviços públicos. O fenômeno se manifesta, no âmbito organizacional, na forma de sistematização de ações operacionais integradas. A implementação da inovação em serviços resultou na individualização dos riscos advindos da inovação. Isso se revelou na personificação de riscos advindos da implementação da inovação, em prejuízo daqueles que optaram por contribuir com sua implementação. O valor público de manifestou na forma da conscientização da difusão de conhecimentos sobre o as questões raciais no Brasil. Por sua vez, o processo de difusão mostrou-se presente na migração para outros níveis de ensino como a pós-graduação. Apesar da difusão da inovação para outros grupos de serviços, após a implementação, verificou-se a ocorrência de riscos à manutenção da equipe responsável pelo novo serviço. (Condé, 2022 p.234-235)

Fonte: elaboração própria, 2025.

Após ser feita as análises dos estudos encontrados, foram identificados alguns desafios e dificuldades na implementação da Carta de Serviço ao Usuário, E2 aponta que apesar da Carta de Serviços ser o principal insumo da Lei Nº 13.460/2017, não foi possível encontrar um instrumento oficial e atualizado para efetivação de uma gestão de Cartas de Serviços. Já em E3, destaca que não foi possível identificar organizações públicas que possuísem o instrumento “Cartas de Serviços” nem outro documento que apresentassem os serviços que são oferecidos.

Da mesma maneira o E6, revela falta de um modelo de Carta de Serviços que servisse como objeto de interação e o conhecimento do cidadão. Enquanto o E8, enfatiza que as universidades de modo em geral estão se adaptando ao novo modelo da administração pública e aos atendimentos das políticas de transparência, tentando atender os requisitos que são oferecidos na Carta de Serviços. Por fim, o E9, mostra que há dificuldade em aplicar a Carta de Serviços de forma eficiente no ambiente de trabalho.

Dentre as sugestões futuras apresentadas pelos estudos, destaca-se que em E1 deve-se ampliar o estudo com outras instituições afim de comparar os resultados e identificar resultados similares. Além de avaliar

a qualidade da Carta de Serviços após atualização. Já o E2, recomenda que Poder Executivo Federal, para o Poder Legislativo Federal e para todos os gestores públicos participem no processo de implementação da Carta de Serviços. E3 sugere a implementação de uma Carta de Serviço de fácil compreensão para o cidadão e que seja disponibilizada nas plataformas digitais como também criação de um sistema para a própria organização poder manter as informações de seus serviços atualizados. De forma semelhante, o E4 ressalta a importância da disponibilidade das informações sobre os serviços ofertados nos websites, além de propor um modelo sistematizado de divulgação seguindo o que propõe os dispositivos que orientam a elaboração das cartas de serviços. Por fim, E8 indica realizar pesquisas sobre modelos de Cartas de Serviços nos órgãos públicos e verificar os temas que tenham interesse coletivo para construir uma boa Carta de Serviços, além de realizar manutenção e atualização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo contextualizou a Carta de Serviços ao Usuário nas instituições públicas sob a ótica de teses e dissertações brasileiras, sendo um instrumento para a melhoria da transparência e eficiência dos serviços oferecidos pelos órgãos públicos.

A pesquisa, de modo geral, evidenciou alguns desafios em manter as Carta de Serviços sempre atualizadas em função da volatilidade das legislações, contudo, elas são consideradas ferramentas relevantes para promoção da transparência das informações públicas e, conseqüentemente, da cidadania. Além disso, os estudos apontam para um forte alinhamento das Cartas de Serviço com a TI, demonstrando sua importância na transformação digital de órgãos públicos.

Diante do exposto, conclui-se pela necessidade de implementação e adequação das Cartas de Serviços de acordo com a legislação vigente. A construção gradual e a atualização contínua da Carta são essenciais para que os serviços públicos se tornem mais acessíveis e de melhor qualidade, respondendo às demandas da sociedade e promovendo mudanças significativas no relacionamento entre o Estado e o cidadão, refletindo em melhorias concretas nos serviços prestados.

Sugere-se, como pesquisas futuras, estudos para identificar a melhoria dos serviços públicos após a implementação e atualização das Cartas de Serviços ao Usuário. A importância deste estudo está em oferecer uma contribuição relevante para o avanço do conhecimento sobre o assunto, que ainda é pouco explorado nos setores públicos.

REFERÊNCIAS

- BIGIO, Mauricio Telles. **formalização de serviços internos em grandes corporações**: proposta de ontologia para construção colaborativa de carta de serviços. (Mestrado Profissional em Governança) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos. Brasília, 2017a.
- BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <https://is.gd/TkzxI3>. Acesso em: 8 jan. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.460 de 26 de junho de 2017**. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Brasília: Presidência da República, 2017b.
- BRASIL. Programa GESPÚBLICA, Modelo de Excelência em Gestão Pública. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública**. 2014.
- CONDÉ, Giuliano Magno de Oliveira. **Inovação em serviços em universidades públicas**: um estudo de caso em uma IFES no Brasil. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- LACERDA, Gilson David. **Ação empreendedora no setor público**: a criação do setor de “pós-compra” em uma universidade pública localizada no sul de minas gerais. (Mestrado Profissional em Administração Pública) -Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019.
- LIMA, Rafael Sousa. **Orçamento público como instrumento de gestão no nível das organizações governamentais: o caso da polícia federal**. (Mestrado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas RJ, Rio de Janeiro, 2012.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 4. ed. São Paulo: Atlas, p.7-93, 2014.
- MENDES, Cristiane Carmo Iglesias. **Promovendo o entendimento de cartas de serviços ao cidadão**: estruturação de informação e comunicação por modelos de processo. (Mestrado em Informática) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MENDES, Renata Gomes. **Carta de Serviços ao Cidadão**: extraindo a descrição da prestação de serviços a partir dos processos de negócios. (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

NASCIMENTO, Vinicius de Souza. **O código de defesa dos usuários dos serviços públicos**: análise da efetividade no estado de Sergipe e dos desafios e oportunidades do novo normal. (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Federal de Sergipe, Brasília, 2021.

NEGRI, V; A. MODELSKI, M. **Carta de serviços ao cidadão**: relato de experiência sobre inovação por imposição legal. Revista Humanidades e Inovação v.8, n.48, 2021.

REIS, Joyce Vasconcelos Coutinho dos. **Carta de serviços ao usuário**: uma proposta de estruturação na UFRPE. (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

RIBEIRO, Alexandre Edmundo Eltermann. **Aplicação da carta de serviços aos usuários da Lei 13.460/2017 no Judiciário Trabalhista Brasileiro**. (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SALLUM, Bernardo da Rocha Spiegel. **Modelo de gestão de carta de serviços da cidade de Madri**: uma opção para os estados e municípios brasileiros operacionalizarem a Lei Nº 13.460/2017. (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, p.16, 2022.

SANTOS, Diego Rodrigues da Silva. **Análise do processo de transformação digital do Instituto Federal de Sergipe sob o enfoque da carta de serviços ao usuário**. (Mestrado Profissional em Administração Pública Em Rede Nacional) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, Brasília, 2022.

SILVA, Paulo Fernando da. **Disseminação informacional em bibliotecas universitárias**: uma vertente expressa por uma carta de serviços. (Mestrado em Ciências da Informação) - Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

NÃO ABANDONE SEU FUTURO: COMO COMBATER A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA

Ana Célia de Brito Campos¹
Elaine Cristina da Silva Martins²

INTRODUÇÃO

A evasão escolar no ensino médio da rede pública é um problema complexo que afeta não apenas os estudantes, mas também a sociedade como um todo. Este fenômeno pode ser definido como a desistência ou abandono dos estudos por parte dos alunos antes de completarem o ciclo educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases Curriculares - LDB (Lei n. 9.394/96), em seu artigo 2º pontua que a educação, configura - se como um dever da família e do Estado e que deve ser fundamentada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade, tem por função, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nesse sentido, a escola tem um papel social muito importante no que diz respeito a potencializar vínculos sociais, desenvolver habilidades físicas e cognitivas e de tornar o aluno um agente social.

A evasão escolar afeta fortemente o sistema educacional brasileiro. A falta de interesse, problemas familiares, dificuldades financeiras e a falta de acompanhamento adequado são alguns dos principais fatores que contribuem para a evasão escolar, segundo dados apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2023, aproximadamente 9 milhões de jovens brasileiros entre 14 e 29 anos não completaram o ensino médio. Este número inclui aqueles que abandonaram a escola antes de terminar ou que nunca frequentaram. A distribuição desse grupo é desigual em termos de gênero e raça: 58,1% eram homens e 41,9% eram

¹ Especialização em Gestão Escolar (UFC). Professora. CV: <https://encurtador.com.br/8zkEi>

² Pós-doutoranda (UDESC). Doutorado em Educação (UNIVALI). Professora (UNIVALI). CV: <http://lattes.cnpq.br/8057519766940849>

mulheres; além disso, 27,4% eram brancos e uma significativa maioria de 71,6% eram pretos ou pardos³.

Muitos alunos abandonam a escola devido à necessidade de trabalhar para ajudar suas famílias. A pobreza e a falta de recursos financeiros são barreiras significativas para a continuidade dos estudos. A desmotivação pode surgir de experiências negativas na escola, como bullying ou dificuldades acadêmicas. Além disso, muitos alunos não veem relevância no que estão aprendendo. Necessidade de Trabalhar: Para 41,7% dos jovens que abandonaram os estudos, essa foi a razão principal. Este percentual representa um aumento de 1,5 pontos percentuais em comparação ao ano anterior. Falta de Interesse nos Estudos: Este fator foi mencionado por 23,5% dos jovens (IBGE, 2024).

Gravidez e Afazeres Domésticos: Entre as mulheres, a gravidez foi citada como motivo por 23,1%, enquanto outros 9,5% mencionaram afazeres domésticos ou cuidado com pessoas como razões para não frequentar a escola (IBGE, 2024).

Diversos estudos têm evidenciado que o abandono escolar é um problema multifatorial, sendo influenciado por questões econômicas, sociais, familiares e individuais. Fatores como a pobreza, a necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho, a baixa qualidade do ensino, a falta de motivação, o bullying e a violência no ambiente escolar também estão entre as principais causas apontadas na literatura (SILVA & LOPES, 2018; CARVALHO & PEREIRA, 2019). Esses fatores, muitas vezes interligados, resultam em uma série de consequências negativas, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, como a limitação das oportunidades de emprego e a perpetuação do ciclo de pobreza (FERREIRA & MARTINS, 2020).

[...] educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social [...] É uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal, para realizar nos sujeitos humanos as características de “ser humano”. [...] (LIBÂNEO, 1998a, p. 22).

³ IBGE. PNAD Contínua: Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. 2024. Disponível em: <https://is.gd/OXBa2O>. Acesso em: 10 nov. 24.

A ideia de Libâneo (1998a) reforça que a escola não deve apenas instruir, mas cultivar nos estudantes a compreensão de si mesmos enquanto seres sociais, facilitando o desenvolvimento de suas potencialidades e incentivando-os a permanecer na escola, construindo ativamente seu futuro. Desta forma, temos a educação enquanto prática social, que transcende a ação meramente instrucional e assume função essencial na formação integral dos sujeitos, influenciando profundamente o desenvolvimento de habilidades, valores e identidades. Nesse sentido, ao proporcionar uma interação ativa entre o indivíduo e o meio, a educação se configura como um processo contínuo e transformador, capaz de moldar as trajetórias de vida dos estudantes e inseri-los criticamente na sociedade

O abandono e a evasão escolar são fenômenos críticos que afetam significativamente o desenvolvimento social e econômico de um país. No Brasil, esses problemas têm consequências diretas na perpetuação da desigualdade social e na formação de um mercado de trabalho menos qualificado. O Ministério da Educação (MEC) divulgou os dados mais recentes sobre o ensino básico no país. O panorama dos desafios para esta etapa da formação dos estudantes brasileiros foi desenhado pelo “Censo Escolar da Educação Básica 2023” e contou ainda com dados da “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2023 (PNAD)”, realizada pelo IBGE⁴.

Os dados mostram que 8,8 milhões de brasileiros de 18 a 29 anos não terminaram o ensino médio e não frequentam nenhuma instituição de educação básica, considerando todas as faixas etárias, são 68.036.330 cidadãos sem a escolarização básica no país, segundo informações coletas pela PNAD Contínua (IBGE, 2024).

De acordo com o Censo Escolar, o ensino médio é a etapa com maior taxa de evasão, com 5,9%. Essa situação exige uma análise aprofundada e a implementação de estratégias eficazes para reverter esse quadro (IBGE, 2024).

A formação continuada dos professores também é crucial para combater a evasão escolar. Educadores bem preparados são capazes de criar ambientes mais inclusivos e motivadores, adaptando suas metodologias

⁴IBGE. PNAD Contínua: Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. 2024. Disponível em: <https://is.gd/OXBa2O>. Acesso em: 10 nov. 24.

às necessidades dos alunos. A capacitação deve incluir temas como gestão da sala de aula, diversidade cultural e uso de tecnologias educacionais (Maiolino, 2016).

Por fim, o monitoramento constante das taxas de evasão escolar e das ações implementadas é fundamental para avaliar sua eficácia. Sistemas de informação que permitam acompanhar o desempenho acadêmico e as condições socioeconômicas dos alunos podem fornecer dados valiosos para ajustes nas políticas educacionais (Brito; Alvares; Santana, 2023).

QUEBRANDO AS BARREIRAS: CAMINHOS PARA COMBATER A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO

A evasão escolar no ensino médio é um fenômeno complexo que afeta milhões de jovens em todo o mundo. Este problema não se limita apenas à falta de interesse dos alunos, mas envolve uma série de fatores sociais, econômicos e educacionais que contribuem para a desistência dos estudos.

O termo “evasão escolar” é utilizado de forma ampla, com diferentes interpretações, dificultando a identificação precisa de suas causas e a implementação de soluções eficazes. No Brasil, a evasão atinge todos os níveis de ensino, impulsionada por fatores como a necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência, especialmente em um contexto de alta desigualdade social.

A evasão escolar no ensino médio pode ser atribuída a diversos fatores. Entre os principais estão:

A escola, como instituição educacional, desempenha um papel fundamental nesse processo, mas falhas em sua estrutura e metodologias podem contribuir para o desinteresse e o abandono escolar. Paralelamente, a falta de valorização da educação por parte de algumas famílias, especialmente as mais vulneráveis, agrava o problema. A pressão socioeconômica sobre essas famílias, que muitas vezes exige a contribuição financeira dos filhos, leva à interrupção precoce dos estudos, mesmo que a lei estabeleça a obrigatoriedade do Ensino Médio. Libâneo (1992, p. 14) afirma que

igualdade e oportunidade para todos no processo de educação e na compreensão de que a prática educacional se faz pela transmissão e assimilação dos conteúdos de conhecimento sistematizados pela humanidade na aqui-

sição de habilidades de assimilação e transformação desses conteúdos no contexto de uma prática social.

A evasão escolar pode ser atribuída a uma combinação de fatores sociais e econômicos. Entre os fatores sociais, destacam-se:

O ambiente familiar desempenha um papel crucial na decisão dos jovens de permanecer ou não na escola. Famílias com baixo nível socioeconômico frequentemente enfrentam dificuldades financeiras que podem levar os filhos a abandonarem a escola para trabalhar e ajudar nas despesas domésticas

Em algumas regiões, a violência pode ser um fator determinante para a evasão escolar. Estudantes que vivem em áreas violentas podem sentir-se inseguros ao ir à escola ou podem ser forçados a abandonar seus estudos devido à pressão de gangues ou outras formas de criminalidade

A desigualdade social também impacta diretamente na educação. Jovens provenientes de grupos marginalizados têm menos oportunidades educacionais e enfrentam barreiras adicionais que dificultam sua permanência na escola.

A necessidade imediata de contribuir financeiramente para o sustento da família pode levar muitos adolescentes a deixar a escola prematuramente. Isso é especialmente comum em famílias onde os pais estão desempregados ou têm empregos informais com baixa remuneração.

A disponibilidade de empregos informais ou temporários pode atrair jovens ao mercado de trabalho antes mesmo da conclusão do ensino médio, levando-os a priorizar o emprego em detrimento da educação.

Para combater a evasão escolar no ensino médio, diversas estratégias podem ser implementadas:

A criação de bolsas de estudo e programas financeiros direcionados às famílias mais necessitadas pode aliviar o peso econômico sobre elas e incentivar os jovens a permanecerem na escola

Envolver as comunidades locais no processo educativo pode criar um senso maior de pertencimento entre os estudantes e suas famílias, além de promover iniciativas que valorizem a educação. Investir na melhoria das condições físicas das escolas e garantir acesso à tecnologia são medidas essenciais para tornar o ambiente escolar mais atraente aos alunos.

Realizar campanhas educativas sobre a importância da conclusão do ensino médio pode mudar percepções culturais sobre educação dentro das comunidades. Essas estratégias devem ser adaptadas às realidades locais para serem eficazes na redução da evasão escolar no ensino médio. Pereira (2019, p. 4) diz que:

A educação como um direito de toda criança ou adolescente, se preconiza que toda pessoa sem que suas características pessoais como gênero, raça, religião, condição econômica ou deficiência sejam impedimentos para que este direito seja desfrutado. A caracterização da educação como direito individual, assegurado pelo Estado, isto é, como interesse público, é coisa relativamente recente e apenas neste século devidamente generalizada.

Para quebrar as barreiras que levam os jovens ao abandono escolar, é fundamental implementar políticas públicas eficazes que considerem as especificidades das comunidades afetadas por esse problema. Somente através do comprometimento conjunto entre governo, sociedade civil e instituições educacionais será possível garantir uma educação inclusiva e acessível para todos os jovens.

O ambiente em que os alunos estão inseridos também desempenha um papel crucial na decisão de permanecer ou não na escola. Fatores como bullying, falta de infraestrutura adequada e desinteresse por parte dos professores podem levar os alunos a se sentirem desmotivados.

O apoio familiar é um fator determinante na permanência dos jovens na escola. Famílias que valorizam a educação tendem a ter filhos mais engajados nos estudos. Programas que incentivam a participação dos pais nas atividades escolares têm mostrado resultados positivos na redução da evasão

A implementação de políticas públicas voltadas para a educação é essencial no combate à evasão escolar. Iniciativas como bolsas de estudo, programa pé-de-meia, que foi implementado recentemente pelo governo federal, transporte gratuito e alimentação escolar têm se mostrado eficazes em manter os alunos na escola. O Programa Bolsa Família, por exemplo, condiciona o recebimento do benefício à frequência escolar das crianças e adolescentes.

Métodos pedagógicos inovadores podem despertar o interesse dos alunos pela aprendizagem. A utilização de tecnologias digitais, projetos interdisciplinares e atividades práticas são algumas das abordagens que têm sido adotadas com sucesso em diversas escolas ao redor do mundo.

Professores bem preparados são fundamentais para criar um ambiente educativo estimulante. Investir na formação continuada dos educadores pode resultar em práticas pedagógicas mais eficazes, contribuindo assim para a retenção dos alunos.

É importante implementar sistemas de monitoramento que permitam identificar precocemente os alunos em risco de evasão, possibilitando intervenções rápidas e eficazes. Batista, Souza, & Oliveira (2009, p. 3) diz que:

Entretanto, a escola parece ter recebido como função, posta por uma sociedade capitalista, a qual apresenta na sua estrutura, uma ideologia de desigualdade: a de reclassificar os alunos de diferentes classes sociais, tendo como critério suas motivações e potencialidades inatas. Essa função não é explicitada, porém ao discutir o fenômeno do fracasso escolar, uma das primeiras explicações que surge, está relacionada à origem social do educando.

Embora o Brasil tenha avançado na democratização do ensino, garantindo que mais crianças e jovens ingressem na escola, a conclusão da escolarização ainda é um desafio para muitos. A evasão e a reprovação, como destaca Fornari (2010), são problemas que perpetuam as desigualdades sociais.

FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO E ESTRATÉGIAS PARA A SUA MINIMIZAÇÃO

A evasão escolar no ensino médio é um complexo que afeta a educação em diversos países, incluindo o Brasil. Este problema não compromete apenas o futuro dos jovens, mas também impacta níveis de desenvolvimento social e econômico de uma nação. A compreensão dos fatores que contribuem para a evasão escolar é essencial para a formulação de políticas públicas e disciplinas educacionais

Fatores como depressão, ansiedade e falta de motivação podem levar ao desinteresse pelos estudos. Além disso, questões relacionadas à autoestima e à percepção do valor da educação influenciam diretamente a decisão do aluno em continuar ou não seus estudos. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que a educação é um direito fundamental e uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e a família. Essa parceria garante o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições de ensino, sendo amparada por leis e normas que regulamentam o sistema educacional. LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O ambiente escolar pode ser tanto um fator motivador quanto um fator desencorajador para os alunos. Escolas que oferecem um ambiente acolhedor, com professores profundos e apoio psicológico tendem a ter menores índices de evasão. Por outro lado, instituições com problemas estruturais, falta de recursos didáticos e violência escolar podem contribuir para o abandono.

A forma como o conteúdo é apresentado aos alunos também pode impactar sua permanência na escola. Métodos tradicionais que não compartilham as necessidades individuais dos estudantes podem resultar em desinteresse e frustração. A implementação de metodologias ativas que promovem a participação do aluno no processo educativo tem mostrado eficácia na redução da evasão.

Fatores externos à escola, como a influência da comunidade e das redes sociais, também são relevantes na discussão sobre evasão escolar.

As políticas públicas externas para a educação têm um impacto significativo nas taxas de evasão escolar. Programas que visam melhorar as condições das escolas, oferecer bolsas de estudo ou assistência financeira às famílias podem ajudar a manter os alunos na escola por mais tempo.

A evasão escolar no ensino médio é resultado da interação entre múltiplos fatores sociais, psicológicos, pedagógicos e institucionais. Para

enfrentar esse desafio, é fundamental uma abordagem integrada que considere as diversas dimensões envolvidas nessa questão. Investir em políticas públicas eficazes, promover um ambiente escolar positivo e adaptar as metodologias de ensino às necessidades dos alunos são passos essenciais para reduzir as taxas de evasão escolar e garantir uma educação mais inclusiva e acessível.

O fenômeno da evasão e repetência longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade. (BRANDÃO, 1983, p. 38-69)

Conforme Brandão (1983), a evasão escolar é um problema multifacetado que vai além das responsabilidades individuais ou familiares. A educação é um processo complexo que envolve diversos atores, como escola, família e comunidade. As políticas públicas atuais reconhecem essa complexidade e buscam oferecer uma educação integral, que prepare o indivíduo para a vida em sociedade.

A qualidade do ensino é um fator crítico para a retenção dos alunos. Professores bem preparados e motivados são essenciais para criar um ambiente de aprendizado eficaz. Quando os alunos percebem que as aulas são relevantes e desafiadoras, eles tendem a se envolver mais com seus estudos. Por outro lado, aulas monótonas ou desconectadas da realidade dos estudantes podem levar à frustração e eventual desistência. Para Paulo Freire (1987, p. 34):

Os oprimidos, que introjetam a ‘sombra’ dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam.

As políticas educacionais implementadas pelo governo local ou nacional também têm um impacto significativo sobre o ambiente escolar e a taxa de evasão. Políticas que incentivam a formação contínua de professores, melhoram as condições das escolas e promovem programas de apoio aos estudantes são fundamentais para criar um ambiente propício ao aprendizado.

A colaboração entre família e escola é essencial para o sucesso escolar dos alunos, uma vez que o envolvimento parental positivo contribui significativamente para o desenvolvimento acadêmico e social das crianças. Estudos demonstram que a participação ativa dos pais na vida escolar aumenta a motivação dos alunos e melhora o desempenho acadêmico, além de reduzir as taxas de abandono escolar” (SILVA; COSTA, 2017, p. 134).

O combate ao abandono escolar é um desafio complexo que exige uma abordagem multifacetada, considerando tanto os fatores internos, como a qualidade do ensino, quanto os fatores externos, como o contexto socioeconômico dos estudantes
(SOUSA; COSTA, 2018, p. 180)

CONSIDERAÇÕES

A evasão escolar no ensino médio da rede pública é um problema complexo que exige uma abordagem multifacetada. Para combatê-la efetivamente, é crucial entender as causas subjacentes que levam os alunos a abandonarem a escola. Essas causas podem incluir fatores socioeconômicos, falta de apoio familiar, desinteresse pelo conteúdo curricular, e problemas estruturais nas escolas, como infraestrutura inadequada e falta de recursos.

Um dos principais fatores que contribuem para a evasão escolar é a situação econômica das famílias. Muitos alunos precisam trabalhar para ajudar em casa, o que pode interferir em sua capacidade de frequentar as aulas regularmente. Programas de assistência financeira e bolsas de estudo podem ser implementados para aliviar essa pressão econômica e incentivar a permanência dos alunos na escola.

O envolvimento da família e da comunidade é fundamental para reduzir a evasão escolar. As escolas devem promover programas que incentivem os pais a se envolverem na educação dos filhos, criando um ambiente mais favorável ao aprendizado. Além disso, parcerias com organizações comunitárias podem oferecer suporte adicional aos alunos em risco.

Outro aspecto importante é a relevância do currículo escolar. Muitas vezes, os alunos não veem conexão entre o que aprendem na escola e suas vidas cotidianas ou futuras oportunidades de emprego. A implementação de currículos mais práticos e voltados para o mercado de trabalho pode aumentar o interesse dos alunos pela educação e reduzir as taxas de evasão.

A infraestrutura das escolas também desempenha um papel significativo na retenção dos alunos. Escolas bem equipadas, com acesso à tecnologia moderna e ambientes seguros e acolhedores, tendem a ter menores taxas de evasão. Investimentos em melhorias físicas nas escolas públicas são essenciais para criar um ambiente propício ao aprendizado.

Em suma, combater a evasão escolar no ensino médio da rede pública requer uma abordagem integrada que considere fatores econômicos, sociais e educacionais. É essencial mobilizar esforços conjuntos entre governo, escolas, famílias e comunidades para criar um sistema educacional mais inclusivo e eficaz. Somente assim poderemos garantir que todos os jovens tenham acesso à educação de qualidade e possam construir um futuro promissor.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. da. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997 (Coleção Educação popular – nº 8.).

AZEVEDO, Francisca Vera Martins de. **Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal** “Expedito Alves”. Disponível em: <https://is.gd/4cgutR>.

BRANDÃO, Zaia et alii. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no Ensino de 1º grau no Brasil. In **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 64, Nº 147, maio/agosto 1983, p. 38-69.

BRITO, Mayara Capella Silva Cruz; ALVARES, Raquel Pereira; SANTANA, Raquel Soares. Diagnóstico e monitoramento da evasão na Educação Profissional: A experiência do Senac. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 12, n. 2 spe, p. 0-0, 2023.

CARVALHO, M. S.; PEREIRA, A. J. Fatores determinantes do abandono escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, n. 71, p. 315-330, 2019.

CERQUEIRA, C.A. Determinação de fatores ligados às taxas de distorção idade/série, taxa de evasão escolar e taxa de repetência. In: RIOS-NETO e RIANI (Org.). **Introdução à Demografia da Educação**. Campinas: ABEP, 2004.

CUNHA. Conceição Maria da. Introdução – **Discutindo Conceitos Básicos**. In: SEED-MEC. **Salto para o futuro. Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 1999.

FERREIRA, P. R.; MARTINS, C. F. Impactos do abandono escolar no desenvolvimento socioeconômico. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 178, p. 89-104, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1987. 184 p. Opinião – Guiomar Namó de Mello (www.estudandoeducacao.com).

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

MAIOLINO, Elielma Velasquez. A formação continuada e atuação do coordenador pedagógico frente aos desafios da evasão escolar. **Criar Educação**, v. 5, n. 2, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**.

SILVA, Arlete Vieira da. O processo de exclusão escolar numa visão heterotrófica. In: **Revista Perspectiva**. V. 25, nº 86, Erechim, junho 2000, p. 1-28.

SILVA, L. M.; LOPES, F. C. Abandono escolar e suas causas: uma análise crítica. **Educação e Pesquisa**, v. 44, n. 3, p. 1456-1470, 2018.

SILVA, M. A.; COSTA, E. F. A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional. **Revista de Educação**, v. 43, n. 2, p. 129-142, 2017.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E SUA RELAÇÃO COM AS ESCOLAS PÚBLICAS

Clovis Schmitt Souza¹
Gustavo Matias Remboski²

INTRODUÇÃO

A segurança alimentar é um tema de extrema relevância nas discussões sobre políticas públicas brasileiras, especialmente em um país marcado por desigualdades sociais históricas e altos índices de fome. Entre as iniciativas voltadas ao enfrentamento desse problema, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem desempenhado um papel essencial no combate à fome e na promoção de melhores condições de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos da rede pública de ensino. Mais do que um programa de distribuição de refeições, o PNAE também é uma ferramenta educacional, que visa promover hábitos alimentares saudáveis e atuar na redução dos efeitos da insegurança alimentar, principalmente entre as populações mais vulneráveis.

Diante de sua importância, buscamos explorar a construção das políticas públicas de segurança alimentar no Brasil, com foco no PNAE, investigando como essa iniciativa foi concebida, como se transformou ao longo do tempo e como é implementada nas escolas públicas atualmente. A perspectiva do trabalho ao investigar sobre o PNAE, enquanto política pública, procura evidenciar a sua estrutura robusta e complexa, resultado de quase 70 anos de aprimoramentos e adaptações às diferentes conjunturas políticas, econômicas e sociais do Brasil. Porém, apesar de seus avanços ao longo dos anos, tem enfrentado inúmeros desafios em sua execução, como questões relacionadas à gestão dos recursos, à fiscalização e às desigualdades regionais na implementação.

Segundo Souza (2006), a política pública enquanto área acadêmica, surgiu na Europa como resultado dos trabalhos baseados em teorias que discutem o papel do Estado e do governo,

¹ Doutor em Sociologia Política (UFSC). Docente (UFFS). CV: <https://is.gd/aiNpLp>

² Graduação em Ciências Sociais (UFFS). CV: <https://is.gd/RpoIEJ>

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações. (2006, p. 22)

Política pública é um termo que se refere a decisões, ações e programas implementados no âmbito institucional para abordar questões sociais, econômicas, políticas, ambientais, entre outros campos que tangem a vida social. Elas são formuladas em resposta a demandas, necessidades ou problemas identificados na sociedade e podem abranger uma ampla gama de áreas, desde educação, saúde e seguridade social, até segurança nacional e transporte, e têm como objetivo principal, melhorar o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. Assim, as políticas públicas constituem um instrumento fundamental para se alcançar objetivos coletivos e enfrentar os desafios contemporâneos, sendo reflexo da dinâmica e da complexidade das sociedades modernas. Com efeito, a análise e compreensão da sua capacidade de dar resposta para sociedade requerem uma abordagem interdisciplinar, que combine conhecimentos e metodologias da ciência política, economia, sociologia, administração pública, entre outras áreas científicas, com foco nas Ciências Sociais.

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

Como primeiro passo para a construção de uma política pública tem-se o momento de identificação de um “problema”. O processo pelo qual um problema emerge e entra na agenda do Estado, eventualmente transformando-se em uma política pública, é conhecido como *agenda*

setting ou definição da agenda política. Este processo é complexo e influenciado por uma variedade de fatores, incluindo demandas sociais, pressões políticas, crises, disputas pela opinião pública, entre outros fatores. Este processo de desenvolvimento e implementação de políticas públicas é composto por várias etapas que estão conectadas entre si.

Segundo o Manual de Critérios para a Elaboração das Políticas Públicas (2019, p.21), da Secretaria do Planejamento e Orçamento do governo do estado do Maranhão, entende-se que o “processo de planejamento da política pública nasce com a percepção de uma situação problemática e a motivação para resolvê-la”. Esse problema pode ser algo que precisa ser resolvido, uma injustiça percebida, uma crise que está surgindo ou qualquer outra situação que necessite de atenção e intervenção. Isso envolve entender bem as causas do problema e quais são as possíveis soluções.

No passo seguinte, legisladores, burocratas, líderes partidários, ou mesmo membros do poder executivo decidem quais questões merecem ser incluídas na agenda política oficial. Esses filtram e selecionam os problemas com base em critérios como viabilidade política, urgência, relevância e capacidade de mobilização de apoio. Durante esta etapa, os responsáveis pela elaboração das políticas trabalham para desenvolver propostas concretas e abrangentes que abordem efetivamente o problema identificado para ação governamental. Isso implica a identificação de soluções possíveis e a avaliação de possibilidades, podendo envolver a consulta a especialistas e partes interessadas e a consideração dos recursos disponíveis, além da análise de diferentes abordagens teóricas e metodológicas, que oferecem ferramentas conceituais e analíticas para compreender os processos de tomada de decisão, as possibilidades de escolhas envolvidas e os impactos das políticas implementadas.

Após a implementação da política pública, é crucial realizar uma abrangente avaliação da política. A avaliação das políticas públicas, por sua vez, visa analisar os resultados alcançados, os impactos gerados, a eficácia, a eficiência, a equidade, a sustentabilidade e a legitimidade das políticas implementadas e dos recursos utilizados, fornecendo subsídios para o aprimoramento das políticas já existentes e a tomada de decisões futuras. Com base nessa avaliação, são identificados pontos fortes e fracos da política, assim como possíveis áreas de melhoria e adaptação das políticas ao longo do tempo, à medida que novos desafios surgem e as condições sociais e políticas evoluem. Se for necessário, ajustes e revisões são feitos para aprimorar a política e garantir sua eficácia contínua.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL – PNAE EM EVIDÊNCIA

As políticas públicas de segurança alimentar no Brasil têm sido um foco central das iniciativas governamentais ao longo dos anos, principalmente para abordar a fome e a desnutrição que afetam uma parcela significativa da população. Uma das políticas mais emblemáticas nesse sentido foi o programa Fome Zero, implementado pelo governo federal em 2003 e extinto em 2019. De acordo com a Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010), este programa visava enfrentar o problema crônico da fome no país e promover a segurança alimentar por meio de uma série de ações integradas que incluíam a distribuição de alimentos, apoio à agricultura familiar, e programas de nutrição e a renda mínima. O sucesso da iniciativa culminou na saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome em 2014, evidenciando a eficácia das políticas adotadas.

No contexto das escolas públicas, as políticas de segurança alimentar assumem um papel crucial no combate a fome no país, sendo que, de acordo com o INEP, mais de 43 milhões de estudantes estavam frequentando as escolas públicas em 2023. Nesse sentido, as ações do Estado visam garantir refeições adequadas, ajudando no combate a evasão, e também garantindo o acesso a alimentação de qualidade para crianças e adolescentes em situação de fome e vulnerabilidade.

O programa não atende apenas a necessidade básica de alimentação, mas também contribui para a melhoria do rendimento escolar e a promoção de hábitos alimentares saudáveis entre crianças e adolescentes em idade escolar assim como adultos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, o conjunto de ações desenvolvidos pelo programa tem mostrado uma política pública relevante no fortalecimento da agricultura familiar ao garantir que pequenos agricultores vendam sua produção para o programa, promovendo, assim, o desenvolvimento local e sustentável das territorialidades³.

³ Segundo o IPEA, a relação entre o programa e a agricultura familiar eleva a renda e incentiva a produção dos agricultores, além de garantir alimentação saudável e de qualidade para os estudantes. Para os agricultores familiares, o programa representa uma importante fonte de renda e uma oportunidade para acessar um mercado seguro e garantido. Para as escolas, o fornecimento de alimentos frescos e diversificados contribui para uma alimentação mais saudável e nutritiva para os alunos. Além disso, essa conexão fortalece a agricultura local, incentivando práticas agrícolas sustentáveis e promovendo a segurança alimentar regional. A aquisição de alimentos é uma etapa importante e segue os princípios da Lei nº 11.947/2009, que estabelece que pelo menos

A relação entre o PNAE e as escolas públicas no Brasil é profunda e complexa. Além de garantir a nutrição adequada para os estudantes, o programa tem um impacto positivo na educação e na saúde pública em geral. De acordo com o Relatório de Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar Ciclo 2020 (2020), o PNAE ajuda a reduzir a evasão escolar, melhora o desempenho acadêmico e combate a desnutrição infantil. A integração de iniciativas como o Fome Zero e o PNAE reflete um compromisso contínuo do governo brasileiro em assegurar que a segurança alimentar seja uma prioridade, reconhecendo que a alimentação adequada é um direito fundamental e uma base indispensável para o desenvolvimento humano e social.

Como aponta Josué de Castro (1984), a fome é muito mais que um fenômeno individual, mas sim coletivo, um fenômeno social generalizado, geograficamente universal e que atinge todos os continentes. Não podendo ser a realidade brasileira diferente, a fome é um problema social grave em nosso país. Segundo a PNAD Contínua do IBGE, em 2022, 33,1 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar e nutricional grave no Brasil e, apesar desses números terem melhorado significativamente em 2023, ainda existem 8,7 milhões de brasileiros e brasileiras nessa situação. Portanto, a percepção da fome como uma questão grave de injustiça social, além de um problema de saúde pública, motivou a busca por soluções estruturais que foram conduzidas ao longo dos anos, no período recente.

A tabela a seguir sintetiza o processo de criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ela destaca o que é o PNAE, quando o programa inicia, quais são seus objetivos e como funciona sua organização.

Tabela 1 – Construção do Programa Nacional de Alimentação Escolar

O que é	O PNAE é uma política pública de segurança alimentar brasileira voltada para construir ações que permitam diminuir a desigualdade alimentar e combater a insegurança alimentar e a fome no país.
Quando inicia	Sua origem é em 1955, com a instituição da Campanha de Merenda Escolar, sofrendo grandes mudanças em 1976 e recebendo o nome de Programa Nacional de Alimentação Escolar apenas em 1979.

30% dos recursos repassados pelo FNDE para o PNAE devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar. Essa medida visa promover a segurança alimentar, a sustentabilidade e o desenvolvimento rural

Objetivos	<p>Essa política, que começou como uma solução para a desnutrição escolar, atualmente visa também o incentivo à produção local e à educação alimentar.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional; • Contribuir para o Desenvolvimento Cognitivo e Físico; • Fomentar a Educação Alimentar e Nutricional; • Incentivar a Produção Local; • Promover a Inclusão Social.
Responsáveis/ Organização	<p>No início, o programa foi implementado com a cooperação do governo federal, contando com a distribuição de alimentos adquiridos através de convênios com órgãos internacionais.</p> <p>Posteriormente, o programa passou a ser organizado pelo FNDE.</p> <p>Atualmente, com uma estrutura descentralizada, o programa é organizado pelo FNDE e gerido pelas três esferas do Estado (união, estados e municípios).</p>

Fonte: Elaboração própria.

O PNAE, além de contribuir para a redução da desnutrição e para a segurança alimentar, também desempenha um papel educacional importante, promovendo a educação nutricional nas escolas. Atividades e programas educativos são implementados para ensinar aos estudantes sobre a importância de uma alimentação equilibrada e saudável, contribuindo para o desenvolvimento de hábitos alimentares positivos que podem persistir ao longo da vida.

O programa, ao ser descentralizado, tem a sua execução a cargo dos municípios. Essa medida ao mesmo tempo que permite um maior protagonismo dos municípios e o envolvimento das comunidades escolares por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), que desempenham um papel essencial no monitoramento e fiscalização da aplicação dos recursos e na garantia da qualidade nutricional e culturalmente adequada das refeições. No entanto, apesar do reconhecimento de seus êxitos, como a contribuição para a redução de índices de desnutrição, ainda há a necessidade de uma análise mais aprofundada que identifique falhas e potencialidades locais do programa, pois o controle e monitoramento da execução dos investimentos exige a produção de análise *in loco* da implementação e efetivação⁴.

⁴O monitoramento e a avaliação são etapas contínuas e essenciais para garantir a efetividade do PNAE. O Conselho de Alimentação Escolar (CAE), composto por representantes da sociedade civil, dos pais de alunos,

A implementação do PNAE também envolve ações de educação nutricional integradas ao currículo escolar, promovendo hábitos alimentares saudáveis entre os alunos, ensinando sobre a importância de uma dieta balanceada e incentivando o consumo consciente de alimentos. As secretarias de educação e as escolas elaboram relatórios periódicos sobre a execução do PNAE, detalhando a aplicação dos recursos, a quantidade de alimentos adquiridos e distribuídos, e as ações de monitoramento e avaliação realizadas. Esses relatórios são enviados ao FNDE para prestação de contas e transparência na gestão dos recursos públicos.

O PNAE, portanto, é um programa abrangente que envolve uma série de etapas e a colaboração de diversos atores para garantir que os alunos da rede pública tenham acesso a uma alimentação saudável e adequada.

No contexto atual, o PNAE enfrenta o desafio de manter a qualidade e a regularidade das refeições diante de restrições orçamentárias e questões logísticas, em um contexto pós-pandemia⁵, com o desafio das mudanças de percepção sobre a função e importância da escola e com o desafio dos impactos econômicos que a pandemia deixou. Mesmo assim, o programa continua a desempenhar um papel essencial no combate à fome e na promoção da segurança alimentar, principalmente em áreas de vulnerabilidade social. Assim, o período de 2010 até o presente representa uma fase de fortalecimento, modernização e ampliação do PNAE, que se consolidou como um programa multidimensional, voltado tanto para a saúde e nutrição dos estudantes quanto para a sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta apresentada neste trabalho foi motivada pela gravidade do problema da fome no Brasil, abordou um tema do campo das políticas públicas: a segurança alimentar e o papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no combate à fome e na promoção de uma alimentação adequada no Brasil. A partir de uma metodologia que

dos professores e do governo, desempenha um papel importante nesse processo, acompanhando a execução do programa, fiscalizando a aplicação dos recursos e avaliando a qualidade das refeições oferecidas.

⁵ Entre os anos de 2019 e 2023, houve uma pandemia de COVID-19. Essa pandemia, além de causar milhões de mortes ao redor do mundo, afetou as relações sociais, organização de instituições e economia global.

utilizou revisão bibliográfica buscamos compreender como o PNAE foi estruturado. Essa análise destacou as mudanças do programa ao longo dos anos, oferecendo uma visão crítica sobre sua importância e desafios.

O trabalho permitiu identificar as principais contribuições do PNAE para o combate à fome e a promoção da segurança alimentar no Brasil. Entre seus avanços mais significativos, destacam-se: a garantia de refeições adequadas para estudantes; o fortalecimento da agricultura familiar e a integração de ações educativas voltadas à formação de hábitos alimentares saudáveis e duradouros. Esses elementos demonstram como o PNAE vai além da oferta de refeições escolares, apresentando-se como uma política pública que alcança diversos âmbitos relativos a escola e sociedade.

Entretanto, a pesquisa também revelou fragilidades que comprometem parte da eficácia do programa. Entre os principais desafios estão: a insuficiência de recursos financeiros em algumas localidades, dificultando a aquisição de alimentos de qualidade; a falta de infraestrutura adequada em escolas, principalmente em regiões mais vulneráveis; e as desigualdades na execução do programa, que resultam em disparidades regionais significativas. Além disso, por ter uma estrutura robusta e complexa, o programa necessita de monitoramento e avaliação contínuos.

Diante dessas constatações, este trabalho reforça a importância do PNAE como uma política pública essencial no combate à insegurança alimentar e no fortalecimento das políticas de segurança alimentar no Brasil. Entretanto, para que o PNAE alcance os objetivos que se propõe é fundamental que haja um compromisso contínuo com seu aprimoramento. Isso inclui o investimento de recursos financeiros suficientes, a capacitação de gestores e nutricionistas, entre outros profissionais envolvidos, responsáveis pela execução do programa e o fortalecimento das estruturas de fiscalização e de controle social. A descentralização, apesar de ser uma das principais características do PNAE, deve ser acompanhada de mecanismos que garantam maior uniformidade na qualidade da execução em todo o território brasileiro.

Por fim, destaca-se a necessidade de uma continuidade desse trabalho, para aprofundar a análise prática do programa, através de estudos *in loco* em escolas públicas. Essa etapa permitirá observar diretamente os impactos do PNAE no cotidiano escolar, além de identificar boas práticas e lacunas na sua implementação.

Conclui-se que o PNAE é mais do que apenas um programa de alimentação escolar: ele representa uma política pública transformadora, que envolve áreas como saúde, educação, economia, agricultura e desenvolvimento social. Sua trajetória de quase sete décadas mostra a capacidade do Estado brasileiro de formular e implementar políticas que respondam a problemas complexos e persistentes. Porém, o fortalecimento do PNAE exige esforço conjunto entre as diferentes esferas de governo e a sociedade civil, reafirmando o compromisso com o direito à alimentação adequada, garantida pela Constituição de 1988, e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

- Banco Central do Brasil. **Plano Real**. Disponível em: <<https://is.gd/IaG7jR>>. Acesso em: 9 dez. 2024.
- Benefícios Brasil. **Programas Governamentais de Apoio à Educação no Brasil: Como Funcionam e Seus Benefícios**. Disponível em: <<https://is.gd/eUu4Jv>>. Acesso em: 9 dez. 2024.
- BRASIL**. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <<https://is.gd/qQzK5l>>. Acesso em: 9 dez. 2024.
- BRASIL**. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Lei da Alimentação Escolar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: <<https://is.gd/nxPnEk>>. Acesso em: 9 dez. 2023.
- BRASIL**. Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. Autoriza, em caso excepcional de calamidade, a distribuição dos alimentos do PNAE aos responsáveis pelos alunos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 abr. 2020. Disponível em: <<https://is.gd/mANlh6>>. Acesso em: 9 dez. 2023.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10a. ed. Rio de Janeiro-RJ: Antares, 1984.
- CONSELHO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Relatório de Avaliação Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Ciclo 2020**, 2020.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Centros Colaboradores**. Disponível em: <<https://is.gd/9FLThV>>. Acesso em: 9 dez. 2024.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Conselho de Alimentação Escolar (CAE)**. Disponível em: <<https://is.gd/P1wKNV>>. Acesso em: 9 dez. 2024.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico**. Disponível em: <<https://is.gd/IdlzVS>>. Acesso em: 9 dez. 2024.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **MEC e FNDE celebram Dia Nacional da Alimentação Escolar**. Disponível em: <<https://is.gd/W6cDxi>>. Acesso em: 9 dez. 2024.
- Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação. **PNAE**. Disponível em: <<https://is.gd/hekTwX>>. Acesso em: 7 dez. 2024.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNAE Monitora**. Disponível em: <<https://is.gd/674wyF>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Recursos Financeiros do PNAE**. Disponível em: <<https://is.gd/IPente>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Repasse Financeiros por Entidade Executora**. Disponível em: <<https://is.gd/WoJbgS>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

GIANEZINI, Kelly; BARRETTO, Letícia Manique; GIANEZINI, Miguelangelo; LAUXEN, Sirlei de Lourdes; BARBOSA, Gabriel Dario; VIEIRA, Reinaldo de Souza. **POLÍTICAS PÚBLICAS**: definições, processos e constructos no século XXI. Revista de Políticas Públicas, v. 21, n. 2, p. 1065–1084, 16 jan. 2018. Disponível em: <<https://is.gd/iRMj4J>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

IANONI, Marcus. **Políticas Públicas E Estado**: O Plano Real. São Paulo-SP: Lua Nova, n. 78, pp. 143-183, 2009.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo aponta impactos positivos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <<https://is.gd/FrKEIe>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CENSO ESCOLAR**: MEC e Inep divulgam resultados do Censo Escolar 2023. Disponível em: <<https://is.gd/cK941x>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

LOPES, Heloísa Santos Molina. **Contribuições do PNAE e da logística dos pequenos no contexto alimentar da pandemia de Covid-19**. Boletim de Políticas Públicas, abr. 2021.

MARANHÃO, Governo do Estado, Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. Manual de Critérios para a Elaboração das Políticas Públicas, 2019. São Luís, 2019, 88p.

Ministério da Educação. **Programa de referência mundial na alimentação escolar completa 62 anos**. Disponível em: <<https://is.gd/qMJd70>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **BOLSA FAMÍLIA 20 ANOS**: A trajetória do programa que tirou o Brasil do mapa da fome. Disponível em: <<https://is.gd/3ZqDOO>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

Ministério Do Desenvolvimento E Assistência Social, Família E Combate À Fome. **24,4 milhões de pessoas saem da situação de fome no Brasil em 2023**. Disponível em: <<https://is.gd/kYhyDj>>. Acesso em: 7 dez. 2024.

Nutrição Faculdade de Saúde Pública. **PNAE**: História da Alimentação Escolar no Brasil. São Paulo-SP: USP, 2022. Disponível em: <<https://is.gd/eFyn8zQ>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

Observatório da Alimentação Escolar. **Estudantes e Responsáveis**: O que pensam sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ, 2023.

Rádio Câmara. **O “milagre econômico brasileiro”**. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <<https://is.gd/oeYD2G>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

SILVA, Sandro Pereira. **Texto para Discussão**: Trajetória e padrões de mudança institucional no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília-DF: IPEA, 2019.

SOUZA, Celine. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45.

VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede PENSSAN, 2021.

QUANTO SE COBRE? UMA ANÁLISE DE 10 ANOS DA COBERTURA VACINAL DO BRASIL CONTRA A POLIOMIELITE

Kaliana Moura Silva¹
Augusto Fonseca Rego²
Beatriz Schmoeller Rode³
Eduardo Gomes Pato Nogueira⁴
Leonardo De Marco Silva⁵
Pedro Henrique Lima Domingues⁶
Patricia Cincotto dos Santos Bueno⁷

INTRODUÇÃO

A poliomielite, também conhecida como paralisia infantil, é uma doença viral aguda que tem como característica encefalite e paralisia flácida aguda. É uma doença ocasionada pelos poliovírus 1, 2 e 3, pertencentes ao gênero Enterovírus da família *Picornaviridae*, podendo ser imunoprevenida desde 1960, por meio dos anticorpos neutralizantes contra PV1, PV2 e PV3. A sua transmissão ocorre por meio fecal-oral de hospedeiro para hospedeiro sendo influenciável por questões de higienização (OLIVERA *et al.*, 2020).

A poliomielite possui 3 padrões de manifestações clínicas, sendo a mais leve conhecida como poliomielite abortiva, que se apresenta à um quadro viral leve como cefaleia, febre, mal-estar, odinofagia e gastroenterite que costumam durar até 7 dias, enquanto outro padrão conhecido como meningite asséptica, pode acarretar espasmo muscular do pescoço, costas e membros inferiores, com regressão em até 10 dias. Todavia a forma mais rara e grave, a poliomielite parálitica, que é responsável pela

¹ Graduanda de Medicina (UNIMAR). CV: <http://lattes.cnpq.br/6521536261665462>

² Graduando de Medicina (UNIMAR). CV: <http://lattes.cnpq.br/8120334990683820>

³ Graduanda de Medicina (UNIMAR). CV: <http://lattes.cnpq.br/3279373828559869>

⁴ Graduando de Medicina (UNIMAR). CV: <http://lattes.cnpq.br/1645041524360304>

⁵ Graduando de Medicina (UNIMAR). CV: <http://lattes.cnpq.br/2699693754406949>

⁶ Graduando de Medicina (UNIMAR). CV: <http://lattes.cnpq.br/4443950222103463>

⁷ Doutorado em Ciências (UNIFESP). Professora (UNIMAR). CV: <https://is.gd/k78Tg9>

preocupação da enfermidade, se inicia com episódios de dor nas costas e membros inferiores, podendo evoluir para paralisia assimétrica dos membros, com perda de reflexos tendinosos (OLIVERA *et al.*, 2020). No exame físico daqueles acometidos pela poliomielite paralítica, podemos encontrar fraqueza muscular assimétrica e multifocal e a atrofia muscular neurogênica acontece rapidamente nos músculos afetados (GOLDMAN; SCHAFER, 2022).

Devido a tais aspectos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda cobertura vacinal de 95% para que doença preveníveis por vacinação, como a pólio, sejam erradicadas, eliminadas ou controladas (NASCIMENTO *et al.*, 2024). As duas vacinas disponibilizadas pelo Brasil são a vacina oral contra poliomielite (VOP) e a vacina inativada contra poliomielite (VIP). O esquema disponibilizado pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) é de três doses (2, 4 e 6 meses) e apenas 1 reforço aos 15 meses com a VIP, entretanto, a fim de conter a cadeia de transmissão viral em torno de um caso suspeito ou confirmado, introduz operações de vacinação de contenção de surtos (KERR, 2023).

Contudo, desde 2013 o Brasil vem a mostrar uma redução consistente da cobertura vacinal (FUJITA *et al.*, 2022) devido a um declínio na adesão ao esquema de vacinação, período pautado por oscilações quando se visualiza o panorama das taxas de distribuição espacial e temporal de tal cobertura (MACIEL *et al.*, 2023), mas que se manteve em um preocupante declínio. Afinal, essa baixa põe em risco o cenário de erradicação e índices de segurança conquistados pelo país, de modo a deixar vulnerável e passível de ressurgimento da poliomielite nessa localidade (FUJITA *et al.*, 2022). Risco esse mais presente que o imaginável, visto que em 2022 o Brasil registrou o primeiro caso de poliomielite após 33 anos (ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA, 2022). Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo analisar estatisticamente a cobertura vacinal do Brasil entre os anos de 2013 e 2022.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico de análise descritiva retrospectiva, no qual foram analisadas as coberturas vacinais contra a polio-

mielite no Brasil, por um período de 10 anos, os quais abrangeram de 2013 a 2022, nas 5 regiões da federação. A coleta de dados ocorreu no mês de agosto de 2024.

Para a obtenção dos dados, utilizou-se o portal eletrônico do *Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde* (DataSUS), disponibilizado pelo TABNET. Posteriormente, buscou-se dados sobre a assistência à saúde e, assim, selecionou-se o *Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização* (SI-PNI), onde fora optada pela relação de cobertura vacinal.

Os dados referentes à cobertura vacinal foram selecionados segundo ano e região. Como filtro, utilizou-se a seleção de imunobiológicos para poliomielite e poliomielite aos 4 anos. Ressalta-se que a cobertura vacinal foi extraída já calculada do sistema de informação, onde a fórmula considera o número de doses aplicadas da dose indicada dividido pela população-alvo, multiplicado por 100 (TABNET DO DATASUS, 2024).

Apesar de o portal oferecer os dados desde 1994, o período analisado nesse trabalho fora escolhido de 2013 a 2022. Isso, devido a uma janela de 10 anos aparecer, segundo a escolha dos autores, como um cenário mais fidedigno quando se trata da população jovem do país atualmente; e a data final foi por assim definida por ser o último ano com dados completos. Os dados disponíveis online foram baixados para o formato *Excel*, o qual já apresentaria a organização em tabela dos dados, para os posteriores cálculos realizados no estudo, e o gráfico de linhas também já fornecido pelo sistema.

Calculou-se a variação percentual anual (VPA), com intervalo de confiança de 95% (IC95%), em que um valor negativo de VPA indica tendência decrescente, e um valor positivo indica tendência crescente. Foi calculada a VPA e a Análise da Variância (ANOVA), que mostram como as mudanças ocorreram ao longo de todo o período.

Esse estudo é uma pesquisa com dados secundários e publicados, disponíveis gratuitamente ao público na *internet*, portanto, não necessita de submissão e aprovação do comitê de ética para pesquisa com seres humanos.

RESULTADOS

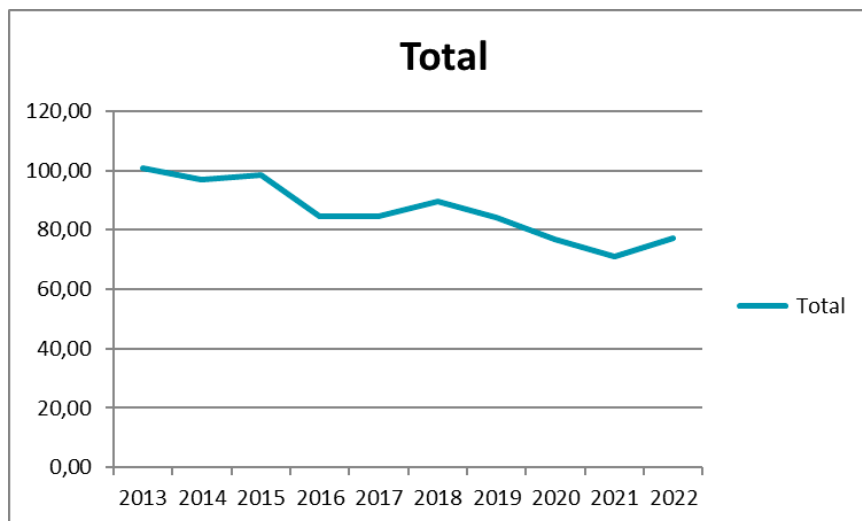
Tabela 1: Variação percentual da cobertura vacinal

Ano	1 Região Norte	2 Região Nordeste	3 Região Sudeste	4 Região Sul	5 Região Centro- Oeste	Total
2013 - 2014	-6,42	-3,94	-3,03	-4,29	-4,95	-3,95
2014 - 2015	-1,89	3,94	3,37	-1,61	-6,17	1,53
2015 - 2016	-15,88	-18,89	-14,22	-8,07	-1,73	-13,86
2016 - 2017	3,39	0,37	1,25	2,31	-11,71	0,31
2017 - 2018	1,40	8,12	5,10	0,10	4,15	4,80
2018 - 2019	2,52	-7,31	-8,12	-0,88	-3,19	-5,36
2019 - 2020	-13,89	-9,62	-6,25	-2,54	-4,93	-7,40
2020 - 2021	-3,40	-4,58	-6,76	-6,52	-6,24	-5,75
2021 - 2022	8,95	9,97	3,62	3,12	6,27	6,17
2013 - 2022	-25,23	-21,94	-25,04	-18,37	-28,51	-23,50

Fonte: Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações, 2024

A partir dos dados, percebe-se uma queda progressiva da cobertura vacinal total no Brasil, quando comparamos a porcentagem de cobertura nacional de um ano com o seu anterior, e o quadro geral entre 2013 e 2022. Havendo anos de ascendência dessa curva, como entre 2021 e 2022, com um aumento aproximado de 6,17%, maior aumento dentre os 4 momentos semelhantes a esse, mas que não suprem a intensa queda perceptível no quadro geral, a qual possuiu seu extremo com uma queda de 13,86% entre 2015-2016. Todas essas nuances, mantiveram majoritariamente e de forma significativa o declínio da curva de cobertura total no país; fator que levou ao quadro de queda de 23,5% da cobertura vacinal nacional se comparado o ano de 2013 e 2022.

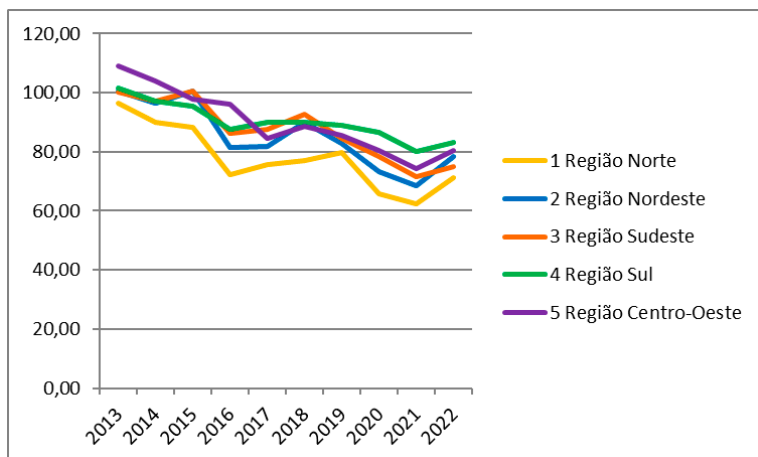
Figura 1: Gráfico da cobertura vacinal total do Brasil entre 2013 e 2022



Fonte: Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações, 2024

Agora, quando analisado os dados referentes às cinco regiões do país, esse parâmetro decrescente se manteve. Isso pode ser afirmado a partir da análise comparativa da cobertura vacinal de cada região entre os anos de 2013 e 2022, os quais apresentaram os resultados de que: tanto a Região Centro-Oeste quanto a Região Norte apresentaram queda de aproximadamente 26,15%; a Região Sudeste, queda de aproximadamente 24,99%; a Região Nordeste, queda de aproximadamente 21,84% e a Região Sul, queda de aproximadamente 24,99%.

Figura 2: Gráfico da cobertura vacinal por Região do Brasil entre 2013 e 2022



Fonte: Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações, 2024

Bem como, ao fazer a comparação estática entre a cobertura vacinal total e as regiões, encontra-se que a Região Centro-Oeste tem uma média de 90,07% com um desvio padrão de 10,69%; a Região Norte uma média de 77,85% com um desvio padrão de 10,37%; a Região Sudeste uma média de 87,39% com um desvio padrão de 9,76%; a Região Nordeste uma média de 85,38% com um desvio padrão de 10,56% e a Região Sul uma média de 90,01% com um desvio padrão de 6,18%.

Além disso, as diferenças observadas entre a média das coberturas vacinais das regiões e do total, a Análise da Variância (ANOVA) resultou em um p-valor de aproximadamente 0,098, ao nível de significância comum de 0,05, não apresentando, assim, uma diferença estatisticamente significativa suficiente para rejeitar a hipótese nula de que as médias das coberturas vacinais totais e das diferentes regiões são iguais.

Já se tratando da comparação da cobertura vacinal total subdividindo-a entre os períodos de 2018-2021 e 2021-2022, períodos com certa discrepância gráfica – em que o primeiro período prevalecia o declínio da cobertura e segundo apresentou ligeiro aumento –, o p-valor é de aproximadamente 0,382, ao nível de significância comum de 0,05, o que sugere que não há uma diferença estatisticamente significativa entre as médias das coberturas vacinais desses períodos.

DISCUSSÃO

A partir de tais resultados, é possível ratificar que o Brasil vem a mostrar uma redução consistente da cobertura vacinal desde 2013, como afirma as referências bibliográficas (FUJITA *et al.*, 2022), embora haja momentos de oscilações (MACIEL *et al.*, 2023), inclusive voltados ao aumento; mas essas ascensões não suplantaram a queda vertiginosa da cobertura vacinal contra a poliomielite no Brasil nesses 10 anos que abrangemos na pesquisa (2013-2022). Tal fato põe em risco o cenário de erradicação e índices de segurança conquistados pelo país (FUJITA *et al.*, 2022), assim como pontuado pelo Painel de Vigilância da Poliomielite disponibilizados pelo site da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que coloca o Brasil como um país de risco alto de recirculação do poliovírus em casos de importação ou surgimento dele (PAHO/WHO, 2020)

Bem como, quando analisado os dados referentes às cinco regiões do país, esse parâmetro decrescente se manteve. Tal análise indica uma redução significativa na cobertura em todas as regiões da federação, com as Regiões Norte e Centro-Oeste apresentando as maiores quedas; cenários concomitantemente preocupantes, mas ligeiramente distintos, visto que a Região Norte desde 2013 já tinha uma cobertura vacinal aquém se comparada as outras. Esse achado pode por assim ser justificado em decorrência da extensão territorial dessas regiões, que apresentam barreiras geográficas de acesso às equipes de Saúde da Família nos espaços urbanos, somado as próprias dificuldades que a população encontra para a chegada às unidades como no acolhimento da demanda espontânea, no agendamento das consultas e na disponibilidade de transporte para o atendimento (MACIEL *et al.*, 2023). Fato esse reafirmado a partir da comparação estatística entre a cobertura vacinal total e as regiões, o qual mostrou que a Região Sul tem a cobertura mais alta e consistente, enquanto a Região Norte apresenta a menor média de cobertura vacinal e a maior variabilidade dessa.

Contudo, vale a ressalva de que as diferenças observadas entre as médias das coberturas vacinais das regiões e do total não são estatisticamente significativas, como verificada na análise ANOVA; a qual demonstrou que o cenário de queda da cobertura vacinal do país, não é decorrente de um declínio suficiente encontrado em uma região em específico – apesar de haver diferença entre elas –, mas sim de um cenário de queda pontuado por todas elas.

Também, a variação crescente observada entre 2021-2022, em comparação com o período de 2018 a 2021, não é suficiente para ser considerada significativa do ponto de vista estatístico. Análise essa que, apesar de trazer esperanças para um aumento da cobertura vacinal no país nos próximos anos, não retira a situação de risco que recirculação do poliovírus presente no país.

Essa redução contínua coloca o país em uma posição de vulnerabilidade, o que seria um retrocesso significativo nas metas de erradicação global da poliomielite (LEAL *et al.*, 2023). Referências bibliográficas corroboram com nossa pesquisa de que, esse declínio na cobertura vacinal é um fenômeno disseminado em todas as regiões do Brasil, com variações preocupantes (FUJITA *et al.*, 2022). Um ponto crítico é a desigualdade entre as regiões. Essa disparidade, embora esperada por questões geográficas e sociais, ressalta a necessidade de políticas públicas diferenciadas e mais robustas para essas áreas (MACIEL *et al.*, 2023).

Além dos desafios logísticos e geográficos, outro fator que tem contribuído para a redução da cobertura vacinal é o aumento da hesitação vacinal, um fenômeno impulsionado pela desinformação e pela disseminação de teorias da conspiração, especialmente nas redes sociais. Crenças equivocadas sobre a segurança e a eficácia das vacinas têm levado a uma queda drástica na adesão em áreas urbanas, particularmente nas periferias de grandes centros, onde a cobertura vacinal despencou de 95% para 55% em poucos anos. Esse declínio é especialmente preocupante, pois cria bolsões de população vulnerável que podem facilitar a recirculação do vírus (ZORZETTO, 2018).

Além disso, é importante considerar as condições sanitárias como um fator que contribui para a vulnerabilidade em relação à poliomielite. O vírus é transmitido principalmente por via fecal-oral (OLIVERA *et al.*, 2020), o que significa que saneamento básico inadequado e falta de acesso à água potável podem facilitar a sua disseminação (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024). No Brasil, ainda existem regiões onde o saneamento básico é insuficiente. De acordo com o Instituto Trata Brasil, cerca de 33 milhões de pessoas no país não têm acesso à água tratada, e aproximadamente 90 milhões não dispõem de coleta de esgoto. Essa falta de infraestrutura essencial coloca a população em risco não apenas de poliomielite, mas de outras doenças transmissíveis (TRATA BRAZIL, 2022).

Diante desse cenário desafiador, torna-se evidente que uma abordagem multidimensional é crucial para enfrentar a ameaça da poliomielite. As campanhas de vacinação em massa, que já se provaram eficazes no passado, precisam ser intensificadas e adaptadas às realidades regionais (VERANI; LAENDER, 2020). É fundamental que o governo brasileiro, em parceria com organizações internacionais e o setor privado, implemente estratégias específicas para ampliar a cobertura vacinal, especialmente em áreas de difícil acesso. Isso pode incluir o uso de tecnologias inovadoras, como drones para entrega de vacinas em áreas remotas, além de parcerias com líderes comunitários para aumentar a adesão às campanhas de imunização.

Outro ponto é o combate à desinformação. Campanhas educativas amplas, envolvendo mídia tradicional e digital, são necessárias para combater o crescimento de movimentos antivacina. A participação de influenciadores locais, profissionais de saúde e líderes religiosos pode ser uma estratégia eficaz para mudar percepções e incentivar a adesão às vacinas, sobretudo nas áreas onde a hesitação vacinal é mais forte (ZORZETTO, 2018).

Por fim, melhorias no saneamento básico são essenciais para garantir o controle total da poliomielite. Investimentos em infraestrutura, como acesso à água potável e esgoto tratado, não apenas reduzirão o risco de transmissão do poliovírus, mas também melhorarão a saúde pública como um todo, prevenindo diversas outras doenças infecciosas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024).

Em resumo, o Brasil enfrenta um desafio urgente em relação à poliomielite, e o caminho para a erradicação completa exige uma abordagem integrada, que combine vacinação, educação, combate à desinformação e melhorias nas condições de saneamento. A colaboração entre governo, sociedade civil e o setor privado será essencial para garantir que o país retome sua posição de segurança em relação à poliomielite, protegendo suas conquistas históricas no campo da saúde pública.

CONSIDERAÇÕES

A partir dos dados analisados, conclui-se que a cobertura vacinal contra a poliomielite no Brasil de 2013 a 2022 teve uma queda importante e consistente em todas as regiões da federação, que afeta diretamente no

alto risco de recirculação do poliovírus no país. Assim, mostra-se necessária estratégias governamentais de saúde específicas, voltadas para a demanda de cada regionalidade, que visem o aumento dessa cobertura, para, assim, evitar o retorno da poliomielite no país.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA - AMB. **Brasil registra primeiro caso de Poliomielite após 33 anos**. Disponível em: <<https://is.gd/zugTêP>>.

FUJITA, D. M. et al. The continuous decrease in Poliomyelitis vaccine coverage in Brazil. *Travel Medicine and Infectious Disease*, v. 48, p. 102352, jul. 2022.

GOLDMAN, Lee; SCHAFER, Andrew I. **Goldman-Cecil Medicina**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9788595159297. Disponível em: <<https://is.gd/K4PcRz>>. Acesso em: 08 set. 2024.

KERR, L. From eradication to the risk of reintroduction of poliomyelitis in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 2, p. 328–328, fev. 2023.

LEAL, P. V. et al. Delays in the vaccination of infants between 2 and 18 months of age: associated factors in Chile. **BMC Public Health**, v. 23, n. 1, p. 1882, set. 2023.

MACIEL, N. DE S. et al. Temporal and spatial distribution of polio vaccine coverage in Brazil between 1997 and 2021. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 26, p. e230037, ago. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Poliomielite**. Disponível em: <<https://is.gd/6VpneO>>. Acesso em: 9 set. 2024.

NASCIMENTO, L. M. D. et al. Estratégia do Ministério da Saúde do Brasil para aumento das coberturas vacinais nas fronteiras. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 48, 2024.

OLIVERA, I. et al. Valuing the cost of improving Chilean primary vaccination: a cost minimization analysis of a hexavalent vaccine. **BMC health services research**, v. 20, n. 1, 9 abr. 2020.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION: PAHO/WHO. **Polio surveillance dashboard - PAHO/WHO | Pan American Health Organization**. Disponível em: <<https://is.gd/bpSDoL>>.

TABNET DO DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA DO SUS (DATASUS). **Imunizações - Cobertura - Brasil**. Disponível em: <<https://is.gd/NVEVGI>>. Acesso em: 6 ago. 2024.

TRATA BRAZIL. **Milhões de brasileiros ainda não têm acesso à água - Trata Brasil**. Disponível em: <<https://is.gd/aM5vn4>>.

VERANI, J. F. DE S.; LAENDER, F. Poliomyelitis eradication in four stages. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00145720, nov. 2020.

ZORZETTO, R. **As razões da queda na vacinação**. Disponível em: <<https://is.gd/5CTwgH>>. Acesso em: 28 ago. 2024.

Nota: texto publicado em 20-12-2024 na revista *Cuadernos de Educación y Desarrollo* (v.16, n.12, e6521). Acesso em: <https://is.gd/k2QWOr>

MAPEAMENTO DE PROCESSOS NO ÂMBITO PÚBLICO: TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS

Alinne Louise Feliciano Dantas¹
Augusto dos Santos Lima²
Anna Cláudia dos Santos Nobre³

INTRODUÇÃO

As constantes transformações nos cenários sociais e os avanços científicos exercem mudanças em como o trabalho é pensado e na forma como é realizado. Dependendo da esfera em que se encontre, pública ou privada, as organizações necessitam, de forma concomitante, adaptar-se às demandas e a geração de produtos e serviços correspondentes às necessidades identificadas.

Em relação à administração pública, as exigências referem-se também ao equilíbrio entre a utilização sustentável dos recursos e a capacidade de atendimento às demandas da sociedade. A produtividade das organizações públicas está atrelada a eficiência no uso dos dispêndios públicos, como determina a Emenda Constitucional nº 19 de 1998, e ao atendimento aos demais princípios da administração pública previstos na Constituição Federal de 1988 (Pereira; Spink, 2006 *apud* Silva; Souza; Araújo, 2013).

Nesse sentido, alinhadas ao princípio da eficiência, as organizações públicas necessitam atingir suas metas com o uso mínimo dos recursos públicos (Dantas, 2017). Para alcançar tal objetivo, a gestão de processos se alinha a essas necessidades contribuindo com o desempenho das organizações, por meio do mapeamento das operações desenvolvidas e identificação de pontos de melhoria (Brasil, 2024).

No âmbito da administração pública federal direta foi criado o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) por meio do Decreto do Presidente da República nº 11.345, de 01/01/2023 com a competência de traçar diretrizes, normas e padronizar práticas voltadas

¹ Mestranda em Administração Pública (UFRN). TAS/Administradora (SESAP/RN). CV: <https://is.gd/IIAPoZ>

² Mestrando em Administração Pública (UFRN). Técnico Administrativo (UFRN). CV: <https://is.gd/eRvpXZ>

³ Doutorado em Administração (UFRN). Docente (UFRN). CV: <https://is.gd/5cona3>

para eficiência, eficácia e efetividade do serviço público federal e geração de valor aos processos da gestão pública (Brasil, 2023).

A atuação padronizada deve ser atrelada à construção da gestão do conhecimento organizacional. Caso contrário, na ausência da gestão do conhecimento a padronização dificulta a capacidade dos servidores estudarem novos fluxos. Essa realidade é sustentada pela escassez na formalização das rotinas o que torna o ambiente de trabalho hostil a implantação da gestão de processos e favorece a permanência da laboração engessada e contrária a adequações e mudanças (Amorim; Costa, 2020).

Dentre os desafios que o setor público enfrenta para realização da gestão do conhecimento destaca-se: indisponibilidade de ferramentas para aquisição, emprego, aprendizagem, divulgação, análise e descarte do conhecimento, além da manutenção do conhecimento na instituição após a saída de colaboradores (Brito; Oliveira; Castro, 2012). A gestão de processos constitui parte integrante do capital estrutural da organização, ainda que de maneira subjacente (Baldam, 2014).

A gestão de processos tem a finalidade de contribuir para o desempenho eficaz e eficiente das etapas e tarefas que compõem os processos, a fim de alcançar os objetivos organizacionais (Moreira, 2016). A organização dos procedimentos para a realização dos processos pode ser feita por meio de alguns instrumentos, dentre eles o mapeamento de processos.

Esses relatos evidenciam a necessidade de padronização nos processos de trabalhos dos órgãos públicos a fim de contribuir para uma prestação de serviços eficiente e eficaz. Este capítulo tem o objetivo de identificar teses e dissertações brasileiras sobre mapeamento de processos de trabalhos e analisar os resultados obtidos, assim como destacar as propostas de modelagem criadas.

DESENVOLVIMENTO

O serviço público refere-se às atividades apropriadas pelo Estado executadas direta ou indiretamente pela Administração Pública com o intuito de atender as necessidades da coletividade, seja por sua indispensabilidade ou importância (Di Pietro, 2020). Para regular o fornecimento dos serviços públicos, a Constituição Federal de 1988 com redação dada

pela Emenda Constitucional no 19/1998 submeteu a Administração Pública Direta e Indireta aos princípios de “legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (EC 19/1998). Esses cinco princípios configuram-se como os conceitos norteadores para a atuação dos servidores públicos e garantia da governabilidade e a governança.

A teoria da burocracia, elaborada por Max Weber em 1940, defende que os objetivos organizacionais se beneficiam da impessoalidade e formalidade para distinção dos objetivos pessoais e organizacionais, caracterizando uma necessidade em ascensão nas organizações (Machado, 2024).

A subjetividade e a informalidade no tratamento dos processos de trabalho são analisadas por Weber como barreiras a serem enfrentadas pela organização para alcançar seus objetivos (Godoi *et al.*, 2017). Nesse sentido, a impessoalidade e a formalidade são elementos que compõem a racionalidade burocrática por implicarem no arranjo organizacional baseado em documentos escritos (formalidade) e hierarquia definida (impessoalidade) essenciais para que grandes organizações sejam eficientes e transparentes (Machado, 2024).

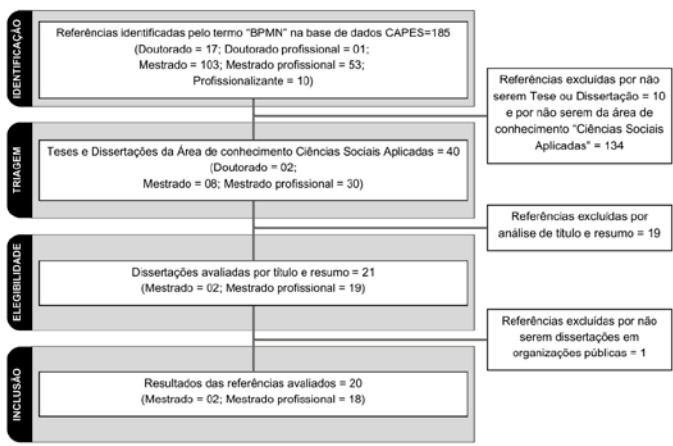
A forma como os processos organizacionais são definidos e organizados podem classificá-los em consciente e inconsciente. A primeira forma refere-se aos processos registrados formalmente, identificados, definidos e padronizados. Já na segunda classificação os processos são estruturados e executados conforme o entendimento do colaborador que conhece os procedimentos, mas emprega-os com a possibilidade de variar na execução (Baldam, 2014).

Nesse contexto de variáveis, destacam-se o quadro de funcionários por possibilitarem a implantação da gestão de processos por meio da utilização da força de trabalho existente. As capacitações tornam-se importantes para a construção coletiva de instrumentos de sistematização de processos eficientes, aos quais recomendam-se a submissão a revisões periódicas (Vieira, 2014).

Considerando o impacto do desempenho dos processos de trabalho nos resultados organizacionais, realizou-se na primeira fase desta pesquisa a busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES por pesquisas por meio do termo “BPMN”, que resultou na identificação de 185 (cento e oitenta e cinco) trabalhos. Ao refinar a busca limitando a

“Área de conhecimento à Ciências Sociais Aplicadas” resultou no quantitativo de 40 (quarenta) trabalhos, sendo 38 (trinta e oito) dissertações e 2 (duas) teses. A leitura do título e resumo dos trabalhos permitiu a identificação de 21 (vinte e um) trabalhos que correspondiam ao tema abordado nesta pesquisa, contudo 01 (uma) referência teve como objeto de estudo os processos de trabalho de uma organização do terceiro setor, sendo, portanto, retirada do acervo a ser analisado por não pertencer ao critério de organização pública. Desse modo, 20 (vinte) trabalhos foram excluídos, e 20 (vinte) referências compõem a amostra analisada, como mostra a figura 01.

Figura 01 - Esquema Ilustrativo Da Busca Por Referências



Fonte: Moher, *et al.* (2009), adaptado pelos autores (2025).

As referências foram codificadas e apresentadas no quadro 01 sendo relacionada ao autor, ano da publicação e a universidade a que pertence a Biblioteca Depositária.

Quadro 01 - Código Das Referências

CÓD	AUTOR, ANO	PUBLICAÇÃO
E01	Almeida, 2019	Universidade Federal De Itajubá
E02	Doi, 2019	Universidade Tecnológica Federal Do Paraná
E03	Ribeiro, 2021	Universidade Federal De Itajubá
E04	Barbosa, 2021	Universidade Federal De Itajubá
E05	Gomes, 2022	Universidade Federal Da Paraíba - Campus João Pessoa
E06	Fendrich, 2014	Universidade Do Estado De Santa Catarina
E07	Kommers, 2017	Universidade Federal De Pernambuco
E08	Almeida, 2023	Universidade Federal Do Recôncavo Da Bahia
E09	Souza, 2023	Universidade Federal De Itajubá
E10	Manso, 2022	Universidade Federal Da Paraíba - Campus João Pessoa
E11	Cheade, 2023	Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul
E12	Melo, 2023	Universidade Federal De Lavras
E13	Santos, 2021	Universidade Federal De Itajubá
E14	Sousa Junior, 2021	Universidade Federal Do Ceará
E15	Negreiros, 2023	Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro
E16	Martins, 2021	Universidade Federal De Itajubá
E17	Albuquerque, 2023	Universidade Federal De Pernambuco
E18	Xavier, 2019	Universidade Federal De Pelotas
E19	Oliveira, 2021	Universidade Federal Da Paraíba - Campus João Pessoa
E20	Neiva, 2021	Universidade Federal De Campina Grande

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

As referências foram agrupadas em 06 (seis) grandes áreas de conhecimento, sendo as áreas de “Administração” e “Administração Pública” as que contêm maior parte das obras incluídas na análise, sendo 14 das 20 referências, o que corresponde a 70% em relação às demais áreas identificadas, conforme o quadro 02. A predominância da área pode ser justificada pelo objetivo da pesquisa ser o estudo ser a gestão de processos de trabalhos em organizações públicas.

Quadro 02 - Área De Conhecimento Das Referências

<i>Tipo</i>	<i>Grande Área de conhecimento</i>	<i>Qtd</i>
Mestrado (2)	Administração	2
Mestrado profissional (18)	Administração	6
	Administração pública	6
	Economia	1
	Gestão e aprendizagens	3
	Gestão e estratégia	1
	Propriedade intelectual e transferência de tecnologia para inovação	1
Total geral		20

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A gestão de processos das referências selecionadas contemplou 05 (cinco) departamentos públicos. Dentre os quais, o estudo envolvendo processos administrativos de instituições de ensino públicas foi o objeto de estudo de 14 (quatorze) trabalhos, seguido dos processos de compras públicas que apareceram como objeto de estudo em 03 (três) trabalhos, conforme o quadro 03.

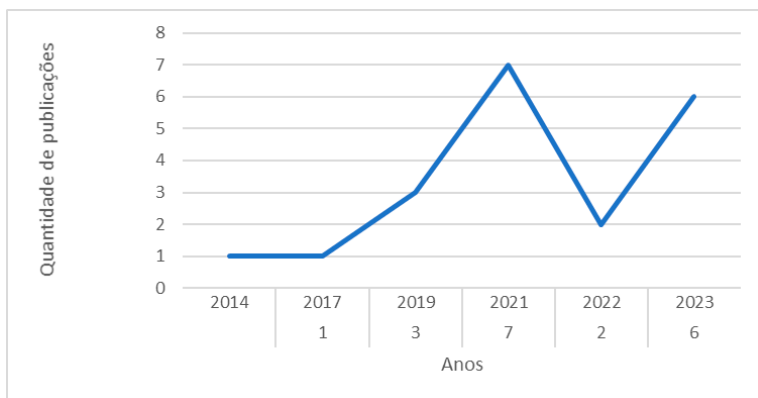
Quadro 03 - Unidades/Departamentos De Análise

	Mestrado	Mestrado profissional	TOTAL GERAL
Compras Públicas	0	3	3
Controle Interno	0	1	1
Instituição de Ensino	1	13	14
Eficácia Cognitiva	1	0	1
Tribunal de Contas	0	1	1
TOTAL GERAL	2	18	20

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Em relação ao período das publicações, o gráfico 01 mostra crescimento do interesse sobre a temática entre os anos de 2014 e 2021, sendo este último o ano com o maior número de trabalhos publicados no repositório da CAPES. Em 2022, observou-se o declínio no volume de publicações na plataforma, mas um retorno considerável no ano seguinte, em 2023.

Gráfico 1 - Ano Das Publicações



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

As dissertações podem ser agrupadas em conformidade ao objetivo geral delineado. Foi identificado que os respectivos trabalhos possuem o intuito principal de analisar as contribuições da ferramenta BPMN (E07, E12, E16, E17, E19); efetuar a modelagem de processos e elaboração de material auxiliar ao desenvolvimento das atividades como produto da pesquisa (E01, E02, E03, E04, E06, E08, E11, E13, E14, E15, E18); orientar um processo de tomada de decisão e identificar oportunidades de melhoria (E05, E20) e analisar as diretrizes de modelagem dos processos (E09) e automação de processos (E10).

Em relação aos resultados obtidos foi possível identificar as oportunidades de melhorias elencadas nas pesquisas e as contribuições práticas para as instituições envolvidas, conforme o quadro 04.

Quadro 04 - Resultados Dos Estudos

CÓD	RESULTADOS OBTIDOS
E01	<p>“A contribuição prática desta pesquisa-ação fica evidente considerando que foram aplicadas duas ferramentas de gestão em um setor, promovendo durante a intervenção o <u>processo de mudança</u> e consequentemente, o de <u>aprendizagem</u>. Foram gerados produtos para serem utilizados pela gestão, como a planilha Excel e os mapas dos processos, para dar <u>continuidade no processo</u> de gestão de riscos deste processo e para que possam ser <u>expandidos para outros processos do setor ou da Universidade</u>” (Almeida, 2019, p.104, grifo nosso).</p>
E02	<p>“Dentre os resultados (...) a <u>uniformização de entendimentos sobre a forma de trabalho</u> (...) para a construção de uma visão homogênea do negócio; <u>melhoria do fluxo de informações</u> a partir da sua identificação nos modelos de processo; <u>padronização dos processos</u> em função da definição de um referencial de conformidade; <u>melhoria da gestão organizacional</u> a partir do melhor conhecimento dos processos associados a outros eixos importantes de coordenação do trabalho; aumento da <u>compreensão teórica e prática sobre os processos</u>, <u>ampliando as possibilidades de reflexão, diálogo e ação</u> voltada ao desenvolvimento e aprimoramento dos mesmos; redução de tempo e custos dos processos, com enfoque econômico-financeiro. Este trabalho foi de grande valia, porque, além de estudar os problemas já existentes e de detectar outros, houve a preocupação em tratá-los, de forma corretiva e preventiva, através da identificação dos gargalos e pontos críticos de cada procedimento” (Doi, 2019, p.96, grifo nosso).</p>
E03	<p>Foi possível “identificar não apenas a importância da formalização de um instrumento que possa ser seguido pelos servidores que atuam na condução de um Processo de Pregão Eletrônico, mas também da adesão deste modelo por esses servidores como um mecanismo de <u>garantir impessoalidade, solidez e celeridade no processo</u>. A construção dos modelos com o emprego dos elementos do BPMN permitiu o <u>detalhamento de todas as atividades</u> que devem ser executadas no curso do processo de Pregão Eletrônico, em todos os setores, com a <u>indicação de todos os sistemas que devem ser empregados e todos os documentos que devem ser criados, anexados e atribuídos</u>”. Além disso, o autor identificou “algumas <u>atividades conduzidas de formas diferentes</u>, dependendo do tipo de processo ou do setor/servidor responsável, dando margem para erros, retrabalho e morosidade”. O autor sinalizou que a variação na elaboração de documentos e tomada de decisão pode interferir nas etapas subsequentes, por isso “verificou-se a importância de que a passagem da responsabilidade pela execução das atividades seja feita de forma correta, de modo a evitar as possíveis falhas apresentadas nos <i>handoffs</i> identificados em cada etapa do processo” (Ribeiro, 2021, p.94, grifo nosso).</p>

CÓD	RESULTADOS OBTIDOS
E04	<p>O uso integrado das técnicas BPMN e DMN permitiu a “modelagem da lógica de decisão separadamente da lógica do processo, resultando em modelos de processos conscientes de decisão”. Por se tratarem de ferramentas independentes, permitem “que a Administração Pública elabore <u>documentos flexíveis</u> que apresentam maior <u>facilidade em sua manutenção</u>, não havendo a necessidade de manutenção de todos os modelos relacionados. (...)”</p> <p>A documentação proveniente da modelagem apresenta uma “<u>visão holística</u> que viabiliza a <u>identificação dos atores, setores e eventos envolvidos no processo</u>, (...) <u>atividades de suporte e tomada de decisão</u> e sua influência no desenvolvimento do processo (...) atuando como uma <u>ferramenta de comunicação</u> que possibilita a <u>análise de melhorias</u>, a <u>padronização dos procedimentos</u>, o <u>treinamento de servidores</u>, a <u>gestão do conhecimento</u> e a <u>auditoria</u> no desenvolvimento das atividades” (Barbosa, 2021, p.84-85, grifo nosso).</p>
E05	<p>As considerações apontadas na análise dos dois softwares Bizagi e Bonita para “auxiliar organizações, tanto com o mapeamento e melhoria do processo de contratação de bases digitais” (...) indicaram o BPMS Bizagi como preferência em detrimento do BPMS Bonita. Além disso, a proposta resultou no “<u>registro e documentação</u> para os envolvidos – em todos os níveis hierárquicos. A documentação permite a “condução de um processo de fundamental importância para a realização das atividades acadêmicas da UFPB” e o mapeamento permite “o conhecimento aprofundado do processo, <u>compreendendo os seus pontos fracos para que estes sejam melhorados e visualizando as boas práticas que merecem ser mantidas e perpetuadas</u>” (Gomes, 2022, p.137, grifo nosso).</p>
E06	<p>“(...) ficou demonstrada a viabilidade da adoção desta metodologia para <u>auxiliar</u> o controlador em suas <u>atividades de monitoramento, análise, acompanhamento e orientação</u>, uma vez que é proporcionada <u>uma visão sistêmica do processo</u>, seus principais marcos, fases, atividades e atores” (Fendrich, 2014, grifo nosso).</p>
E07	<p>“(...) além de um catálogo, não exaustivo, com os modelos cognitivos, foi possível confirmar as expectativas iniciais, indicando que a utilização desse tipo de modelo pode sim contribuir como uma <u>ferramenta de suporte para auxiliar os professores na tarefa de ensinar os conceitos de modelagem de processos de negócio</u>” (Kommers, 2017, grifo nosso).</p>

CÓD	RESULTADOS OBTIDOS
E08	Os resultados foram classificados em mensuráveis e não mensuráveis: sendo possível a partir dos primeiros a “ <u>construção do manual</u> , como impacto positivo que o processo de seu desenvolvimento agregou para a unidade”. Os resultados não mensuráveis “apontam o <u>fortalecimento da cultura organizacional</u> do NIT, contribuindo também para consecução dos objetivos da situação problema e para gestão eficiente dos processos relacionados à inovação tecnológica”. O Manual de Procedimentos descreveu, mapeou e registrou os 22 processos identificados, mas seu desenvolvimento “ <u>não representa simplesmente um documento desenvolvido e sim um elemento de transformação e fortalecimento das ações e da cultura organizacional</u> . Principalmente pela contribuição para eficiência e eficácia da unidade em um cenário de constantes transformações políticas e que apresenta uma evolução tecnológica e inovativa constante” (Almeida, 2023 p.95-97, grifo nosso).
E09	“Como resultado, o modelo do processo de análise de matrículas em cursos superiores do campus Inconfidentes foi representado com <u>alto nível de detalhes</u> e em consonância com as principais diretrizes de <u>compreensibilidade</u> , de forma a favorecer sua utilização pelo IFSULDEMINAS. Esse modelo poderá ser utilizado para <u>transmissão de conhecimento</u> e para <u>análise e melhoria do processo</u> ” (Souza, 2023, p.96, grifo nosso).
E10	“A aplicação da ferramenta SIPOC, na <u>melhoria de processos</u> , ajudou a identificar os elementos relevantes e a obter uma <u>maior compreensão sobre o procedimento</u> em análise, indicando suas <u>oportunidades de aperfeiçoamento</u> . A proposta de melhoria sugerida mostra-se profícua, uma vez que possibilita a <u>abreviar as atividades desempenhadas na atual sequência de tarefas mapeadas</u> , além de reduzir também a participação direta de um dos setores envolvidos, <u>diminuindo a burocracia excessiva e o retrabalho</u> . Por conseguinte, o novo fluxo do processo proposto seria mais dinâmico e apresenta uma alternativa vantajosa para a gestão universitária” (Manso, 2022, p.60, grifo nosso).
E11	“Foi possível identificar que o macroprocesso auditoria financeira pode ser dividido em cinco processos e três subprocessos. Ainda que construídos a partir da prática realizada no âmbito do TCE/MS, estes <u>diagramas dos fluxos de trabalho podem ser utilizados por qualquer um dos 21 Tribunais de Contas</u> que realizam auditoria financeira para propósitos especiais no país” (Cheade, 2023, grifo nosso)
E12	Os processos executados na unidade, com a aplicação da alternativa apresentada, tiveram o tempo médio de tramitação reduzidos em 61,22% em comparação ao fluxo de tramitação adotado anteriormente. Tal resultado gera “mais tempo para que os docentes, discentes e técnicos administrativos envolvidos possam aplicá-los em outras atividades de interesse da universidade”, considerando principalmente que estes membros estão envolvidos em outros projetos paralelos (Melo, 2023, p.79-82, grifo nosso).

CÓD	RESULTADOS OBTIDOS
E13	O “(...) BPMN traz luz às atividades realizadas no processo, identificando início e fim do mesmo, demonstrando seu <u>fluxo</u> , <u>cada ator participante</u> e, principalmente, permitindo identificar <u>atividades desnecessárias ou que pudessem ser otimizadas</u> . Além disso, a notação foi considerada intuitiva, em seus símbolos básicos, agradando a todos os envolvidos. Verificou-se que o pensamento enxuto, ainda que tenha sido concebido em moldes industriais, pode ter seus princípios aplicados aos ambientes de escritório com resultados positivos” (Santos, 2021, p.110, grifo nosso).
E14	A proposta do autor de apresentar uma metodologia que seja utilizada nas rotinas de trabalho e gestão da organização de forma contínua mostrou <u>resultados instantâneos</u> ligados ao “atendimento e no retorno dos contribuintes referente suas dúvidas e soluções das atividades da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN” (Sousa Junior, 2021, p.33, grifo nosso).
E15	A pesquisa fomentou “um espaço para o <u>debate</u> e a <u>reflexão</u> sobre temas relevantes relacionados à gestão de processos nas ouvidorias públicas”. A autora sinalizou que “o conhecimento adquirido contribuiu para a <u>construção dos mapas dos processos</u> e <u>elaboração da minuta do Regimento Interno de Funcionamento da Ouvidoria Local do Campus Manaus Centro</u> , resultando em uma compreensão mais abrangente dos desafios e oportunidades nessa área. Essa compreensão crítica é fundamental para a implementação de ações e <u>melhorias</u> que visem fortalecer as ouvidorias públicas e garantir um atendimento de excelência aos usuários” (Negreiros, 2023, p.98-99, grifo nosso).
E16	Os resultados do trabalho foram apresentados na perspectiva dos atores envolvidos no processo. Para a pesquisadora a “ <u>maior visibilidade dos pontos críticos</u> ” foi apontada como um dos resultados que permitiram a evidência das melhorias implantadas. No âmbito organizacional, a Coordenação de Registro Acadêmico da PRG percebeu como resultado a “ <u>maior eficiência no atendimento das demandas, além de maior agilidade, transparência, e fluxos mais coerentes para a rotina do setor</u> . As repercussões perceptíveis para a rotina do setor foram: <u>eliminação de filas de espera</u> para atendimento das demandas; <u>melhor fluidez do fluxo das informações</u> ; maior <u>eficiência, transparência, gerenciabilidade e integração</u> com os outros setores envolvidos nos processos; percepção de maior <u>constância e continuidade</u> da rotina administrativa dos setores envolvidos com os processos aprimorados” (Martins, 2021, p.45, grifo nosso).

CÓD	RESULTADOS OBTIDOS
E17	“Os resultados obtidos revelaram evidências estatisticamente significativas de que os participantes que interagiram com os modelos de processos contendo <u>diretrizes de layout</u> obtiveram <u>melhores desempenhos em termos de exatidão, velocidade e facilidade de compreensão</u> . Esses resultados indicam que a adoção de diretrizes de layout nos modelos BPMN pode beneficiar a prática da modelagem de processos, facilitando tanto a compreensão como a comunicação entre os diversos stakeholders envolvidos” (Albuquerque, 2023, grifo nosso).
E18	“A implantação do Sistema Eletrônico de Informações juntamente com o mapeamento de processos otimizou os procedimentos da instituição, modificando o modo de trabalho e viabilizando a <u>criação das bases de conhecimento</u> , promovendo a <u>transparência e o acesso às informações</u> , (...) o mapeamento dos processos no núcleo está corroborando com as mudanças que estão ocorrendo na gestão administrativa da universidade” (Xavier, 2019, grifo nosso).
E19	“O desenvolvimento da pesquisa permitiu uma <u>visão ampla dos processos estudados</u> , o que torna possível <u>recomendar ações</u> capazes de contribuir direta e/ou indiretamente para <u>potencializar os resultados dos processos de trabalho</u> executados pelo SGAF-JP” (Oliveira, 2021, p.58, grifo nosso).
E20	“Este estudo possibilitou constatar por meio da modelagem que os <u>processos de compras conjuntas envolvem mais atividades e participantes do que os realizados de forma descentralizada pela instituição</u> , o que, consequentemente, levam a maior morosidade e complexidade(...). Além disso, foi possível identificar na análise que a <u>maioria dos problemas do processo foram decorrentes principalmente de erros em sua etapa inicial: elaboração e planejamento das demandas</u> . Portanto, essa <u>fase</u> foi vista como a <u>mais crítica</u> para o processo, uma descoberta que não se difere dos resultados e apontamentos encontrados na literatura especializada e em outras pesquisas” (Neiva, 2021, p.142-143, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de identificar na literatura os estudos sobre mapeamento de processos de trabalhos em teses e dissertações brasileiras e analisar os resultados obtidos, este capítulo listou as referências que pesquisaram sobre a temática e destacou as propostas de desenhos elaboradas a partir da pesquisa.

Os estudos evidenciam que a gestão de processos é amplamente utilizada para solucionar problemas organizacionais. Por meio da modelagem dos processos existentes, busca-se aprimorar as atividades e otimizar os fluxos de trabalho. Dessa forma, além de demandar conhecimento teórico, a gestão de processos desempenha um papel essencial na melhoria da eficiência organizacional, trazendo contribuições significativas para a prática.

Como estudos futuros, sugere-se ampliar o escopo de pesquisas, considerando artigos científicos publicados em periódicos e anais de eventos na área.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Lenylda Maria de Souza. **Uma Análise Cognitiva das Influências das Diretrizes de Layout em Modelos de Processos em Relação à Compreensão**. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração) - Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <bit.ly/3XauNO1>. Acesso em: 17 fev. 2025.

ALMEIDA, Marcio Simões de. **Manual de Procedimentos da Coordenação de Criação e Inovação (CINOVA) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em PROFNIT - Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação Instituição de Ensino) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Maceió, 2023. Disponível em: <bit.ly/3CVqwQW>. Acesso em: 17 fev. 2025.

ALMEIDA, Paula Soares de. **Uso Integrado da Ferramenta BPMN e da Gestão de Riscos em um Processo de uma Instituição Federal de Ensino Superior**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade Federal de Itajubá, Minas Gerais, 2019. Disponível em: <bit.ly/41kvYgn>. Acesso em: 12 fev. 2025.

AMORIM, Pablo Machado; COSTA, Stella Regina Reis da. **Um Estudo Sobre a Aplicação da Gestão do Conhecimento na Administração Pública**. Brazilian Journal of Development, v.6, n.8, p.57870-87884, ago. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/27jkn7wv>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BALDAM, R. L., 1966 - **Gerenciamento de processos de negócios - BPM: uma referência para implantação prática** / Roquemar Baldam, Rogerio Valle, Henrique Rozenfeld. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

BARBOSA, Maria Alice. **Aplicação Integrada das Técnicas de Modelagem BPMN e DMN em um Processo Administrativo de uma Instituição Federal de Ensino Superior**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade Federal de Itajubá, Minas Gerais, 2021. Disponível em: <bit.ly/3X4Ct4k>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto do Presidente da República nº 11.345, de 01/01/2023**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, Disponível em: <bit.ly/416Ttbn>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Guia Prático de Gestão de Processos v1**. Brasília, 2024. Disponível em: <bit.ly/4b6cjE6>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRITO, Lydia Maria Pinto; OLIVEIRA, Patrícia Webber Souza de; CASTRO, Ahiram Bruni Cartaxo de. **Gestão do conhecimento numa instituição pública de assistência técnica e extensão rural do Nordeste do Brasil**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1341–1366, 2012. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3du4e5e2>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CHEADE, Luisa Meinberg. **Mapeamento dos Processos de Auditoria Financeira no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasília, 2023. Disponível em: <bit.ly/4i2DPEF>. Acesso em: 17 de fev. 2025.

DANTAS, Alinne Louise Feliciano. **Mensuração da eficiência do gasto público em educação: uma avaliação na Região Seridó - Rio Grande do Norte (2008-2015)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, Rio Grande do Norte, 2017. Disponível em: <bit.ly/432cpL6>. Acesso em: 18 fev. 2025.

DOI, Juliana Sasaki. **Gestão de Processos na UTFPR - Campus Londrina**: um estudo de caso de mapeamento no setor público. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasília, 2019. Disponível em: <bit.ly/41nHise>. Acesso em: 12 fev. 2025.

FENDRICH, Lisandro Jose. **O controle interno do poder executivo do estado de Santa Catarina sob a perspectiva do Business Process Model and Notation**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <bit.ly/3CK4qHW>. Acesso em: 17 fev. 2025.

GODOI, Alexandre Franco; SILVA, Luciano Ferreira; CARDOSO, Onésimo Oliveira. **Ensaio teórico sobre a burocracia em weber, o conflito de agência e a governança corporativa: uma reflexão sobre a burocracia profissionalizante**. Revista de Administração de Roraima-RARR, v. 7, n. 2, p. 426-449, 2017. Disponível em: <<https://is.gd/3B9gF9>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

GOMES, Tamara Aureliano. **Estudo para Análise de Tomada de Decisão: avaliação das ferramentas de mapeamento de processos de negócios Bizagi e Bonita**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <<https://11nk.dev/OHoJj>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

KOMMERS, Marinita Eliara. **Catálogo de Modelos Cognitivos para o Ensino da notação BPMN em Cursos de Graduação em Administração da UFPE**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <<https://11nk.dev/fvxyw>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MACHADO, Elenira Firmo. **Estratégias e Desafios na Gestão de Pessoas no Serviço Público Federal uma Revisão Bibliográfica**. Revista acadêmica. Fortaleza. n. 248. v.12. 2024. Disponível em: <<https://is.gd/zFtzow>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

MANSO, Gabriela Bandim Nogueira. **Simulação e Melhoria de Processos**: proposta para automação do processo de solicitação para colação de grau coletiva. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <<https://acese.one/paLL2>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MARTINS, Leandra Dias Pinto. **Implantação de Melhorias de Processos no Registro Acadêmico de uma Universidade Federal através da Técnica BPMN (Business Process Model and Notation)**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade Federal de Itajubá, Minas Gerais, 2021. Disponível em: <<https://acese.one/5W6sO>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MELO, Carlos Antonio de. **Práticas Ágeis em Gestão Pública**: um estudo da aplicação da metodologia SCRUM para a gestão de projetos em uma instituição federal de ensino superior. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2023. Disponível em: <<https://11nk.dev/DbD5z>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MOHER, David *et al.* **Itens de relatórios preferidos para revisões sistemáticas e meta-análises**: a declaração PRISMA BMJ 2009; 339 :b2535 doi:10.1136/bmj.b2535. Disponível em: <<https://11nq.com/NVdh6>>. Acesso em: 19 fev. 2025.

MOREIRA, Elzeni Alves. **Gestão e Mapeamento de Processos nas Instituições Públicas**: um estudo de caso na diretoria de administração de pessoal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, 2016. Disponível em: <<https://11nq.com/Hv5pM>>. Acesso em: 13 fev. 2025.

NEGREIROS, Gizelle Chaar. **Mapeamento de Processos em Ouvidorias Públicas de Instituições Federais de Ensino**: um caminho para o aprimoramento da gestão da ouvidoria no campus Manaus centro do IFAM. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <<https://11nk.dev/8cZfw>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

NEIVA, Rebeca Honorato. **Compras Compartilhadas na Aquisição de Material**: um estudo de caso na Universidade Federal de Campina Grande. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Federal de Campina Grande, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://acese.one/aWdP6>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

OLIVEIRA, Leilane Clarisse Fernandes. **Levantamento de Necessidades de Capacitação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**: avaliação e consultoria por meio da auditoria de inteligência. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, 2021. Disponível em: <<https://11nk.dev/aWdP6>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

RIBEIRO, Paula Kamyla Alves. **Modelagem do Processo de Compras na Modalidade Pregão Eletrônico no IFMG - Campus Bambuí através da Notação BPMN**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade Federal de Itajubá, Minas Gerais, 2021. Disponível em: <<https://acesse.one/tO3v2>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SANTOS, Diogo Carvalho. **Aplicação do Pensamento Enxuto em Ambientes Administrativos Públicos por meio da Técnica Business Process Model and Notation: uma pesquisa-ação no IFSP Campus São José dos Campos**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade Federal de Itajubá, Minas Gerais, 2021. Disponível em: <<https://l1nk.dev/2aWvF>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SILVA, Mauricio Correa da; SOUZA, Fabia Jaiany Viviane de; ARAÚJO, Aneide Oliveira. **Análise da eficiência dos gastos públicos com educação nas capitais brasileiras**. Contexto, Porto Alegre, v. 13, n. 24, p.7-21, maio/ago. 2013. Disponível em: <<https://is.gd/ggjhJ>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SOUZA JUNIOR, Jose Renezinho Ribeiro de. **Metodologia de mapeamento para gestão por processo da Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN de Fortaleza – CE**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <<https://acesse.one/DTGWv>>. Acesso em: 17 de fev. 2025.

SOUZA, Lais de. **Modelagem de processos e diretrizes de compreensibilidade: uma aplicação em um processo de matrícula em cursos superiores de um Instituto Federal**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, Minas Gerais, 2023. Disponível em: <<https://l1nk.dev/QaxhM>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

VIEIRA, Karine. Kloppel. **A importância do Procedimento Operacional Padrão como ferramenta na gestão de qualidade em uma clínica de nefrologia**. 2014. 80 f. TCC (Graduação em Gestão Hospitalar) - Instituto Federal de Santa Catarina. Joinville, 2014. Disponível em: <<https://is.gd/NTYisU>>. Acesso em: 13 fev. 2025.

XAVIER, Fabiane Bergmann. **Proposta de Mapeamento de Processos do Núcleo de Execução Orçamentária da Pós-Graduação de uma Universidade Pública Federal no Estado do Rio Grande do Sul**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Federal de Pelotas, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://l1nk.dev/HlqH1>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS TÊM ABORDADO A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO AO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS, E QUAIS SÃO OS SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE

Lucileide Ferreira Gomes¹
Elaine Cristina da Silva Martins²

INTRODUÇÃO

A alfabetização e o letramento são fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de um país. No Brasil, as políticas públicas voltadas para esses temas têm evoluído significativamente nas últimas décadas, refletindo mudanças nas abordagens pedagógicas e nas necessidades sociais. A alfabetização e o letramento são temas centrais nas políticas públicas brasileiras, especialmente nas últimas décadas Soares (2000).

A partir da década de 1990, o Brasil passou a implementar uma série de iniciativas voltadas para a melhoria da educação básica, com foco na leitura e escrita como habilidades fundamentais para o desenvolvimento social e econômico do país. O conceito de alfabetização vai além da simples decodificação de palavras; envolve a capacidade de compreender e utilizar a linguagem em contextos diversos, enquanto o letramento se refere à aplicação dessas habilidades em situações cotidianas. Mortatti(2006)

Historicamente, as políticas públicas relacionadas à alfabetização no Brasil têm sido influenciadas por diversos fatores sociais, econômicos e políticos. Durante os anos 1930 e 1940, o governo brasileiro começou a reconhecer a importância da educação como um direito fundamental. No entanto, foi somente com a Constituição Federal de 1988 que se consolidou um compromisso mais robusto com a educação pública,

¹ Mestranda em Educação (UNIVALI). CV: <http://lattes.cnpq.br/4641655021304829>.

² Pós-doutoranda (UDESC). Doutorado em Educação (UNIVALI). Professora (UNIVALI). CV: <http://lattes.cnpq.br/8057519766940849>

estabelecendo diretrizes que garantem acesso universal à educação básica. Soares, M. (2004)

Nos anos 2000, diversas iniciativas foram lançadas para enfrentar os desafios da alfabetização no Brasil. Programas como o “Brasil Alfabetizado” (2003) visavam erradicar o analfabetismo entre adultos e jovens. Além disso, o “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa” (2012) foi criado para garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade. Essas iniciativas foram acompanhadas por investimentos em formação continuada para professores e na produção de materiais didáticos adequados.

Além disso, as políticas voltadas para a alfabetização têm contribuído para um aumento no nível educacional da população brasileira, refletindo-se em melhores oportunidades de emprego e renda. A promoção do letramento também tem mostrado ser crucial para o exercício pleno da cidadania, permitindo que indivíduos participem ativamente nos processos democráticos. Saviani, D. (2009).

A alfabetização e o letramento, pilares fundamentais para a inclusão social e o desenvolvimento individual, sempre estiveram no centro das discussões sobre políticas públicas no Brasil. Ao longo das últimas décadas, o país tem vivenciado uma série de transformações nesse campo, com a implementação de diversas iniciativas e programas governamentais. No entanto, a efetividade dessas políticas e seus impactos na sociedade ainda são objeto de debates e pesquisas. (ROMANELLI, 1985).

A compreensão das políticas públicas brasileiras em relação à alfabetização e ao letramento exige um olhar multidisciplinar, que englobe aspectos históricos, sociais, culturais e pedagógicos. Autores como Soares (1998), Kleiman (1995) e outros, têm contribuído significativamente para a construção teórica sobre o tema, destacando a importância do letramento como prática social e a necessidade de políticas públicas que promovam a leitura e a escrita em diferentes contextos.

As políticas públicas brasileiras têm abordado a alfabetização e o letramento com um enfoque multidimensional ao longo das últimas décadas. Embora ainda existam desafios significativos pela frente — como as disparidades regionais no acesso à educação — os avanços alcançados

até agora demonstram que esforços contínuos podem levar a melhorias substanciais na qualidade da educação no Brasil. Prado Junior (1986).

A alfabetização e o letramento são direitos fundamentais e estão diretamente relacionados com a qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento do país. Uma análise crítica das políticas públicas nessa área é fundamental para identificar os pontos fortes e fracos, bem como para propor ações que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (SANTOS, 2012).

As políticas públicas também têm buscado abordar as desigualdades regionais no acesso à educação. Regiões Norte e Nordeste do Brasil historicamente apresentam índices mais altos de analfabetismo. Para enfrentar essa realidade, foram criados programas específicos que consideram as particularidades culturais e sociais dessas regiões. Soares, M. (1998).

As políticas públicas brasileiras voltadas para alfabetização e letramento têm avançado consideravelmente nas últimas décadas com resultados positivos na redução do analfabetismo. No entanto, é crucial continuar investindo em formação docente adequada e em estratégias que atendam às especificidades regionais para garantir que todos os cidadãos tenham acesso pleno à educação. O fortalecimento dessas políticas não só contribui para o desenvolvimento individual dos cidadãos brasileiros, mas também promove uma sociedade mais justa e igualitária. Freire (1996)

A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

A partir da década de 1990, pesquisadores como Soares (2000), Kleiman (2005), Mortatti (2010), Smolka (1991), Rojo (2000), Arroyo (2000), Tfouni (1997), Paim (2001), Fernandes (2001) e Frago (1993) entre outros, intensificaram as investigações sobre alfabetização e letramento, impulsionados pela expansão da escolarização no Brasil. Esse movimento de pesquisa ganhou ainda mais relevância diante dos dados do Censo Demográfico de 2013, que apontaram uma taxa de analfabetismo de 8,3%. Nesse contexto, as políticas públicas voltadas para a alfabetização se tornaram cruciais para enfrentar os desafios de uma sociedade cada vez mais letrada.

Durante a colonização, a educação era restrita principalmente à elite e à Igreja Católica. As primeiras tentativas de alfabetização eram voltadas para a catequese indígena e a formação da elite colonial. Com a Proclamação da República em 1889, houve uma mudança gradual nas abordagens educacionais. Para Teixeira (2002, p. 2) políticas públicas:

[...] são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

A década de 1930 marcou o início da institucionalização das políticas educacionais com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 estabeleceu diretrizes mais claras para a educação básica, incluindo a alfabetização.

Durante esse período, surgiram movimentos sociais que buscavam promover a alfabetização entre as classes populares. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1970, foi uma resposta às altas taxas de analfabetismo no país, mas enfrentou críticas por sua abordagem superficial.

Com o fim da ditadura militar em 1985, houve um novo impulso nas políticas públicas voltadas para a educação. A Constituição Federal de 1988 garantiu o direito à educação para todos os cidadãos, promovendo uma série de programas voltados para a alfabetização. Conforme observa Carvalho (2002, p. 206),

A década de 1970 a 1980 os estudos acerca da alfabetização o progresso mais importante se deu na área da educação fundamental, que é fator decisivo para a cidadania. O analfabetismo da população de 15 anos ou mais caiu de 25,40/0 em 1980 para 14,7% em 1996. A escolarização da população de sete a 14 anos subiu de 80% em 1980 para 97% em 2000. O progresso se deu, no entanto, a partir de um piso muito baixo e refere-se sobretudo ao número de estudantes matriculados. O índice de repetência ainda é muito alto. Ainda são necessários mais de dez anos para

se completarem os oito anos do ensino fundamental. Em 1997, 32% da população de 15 anos ou mais era ainda formada de analfabetos funcionais, isto é, que tinham menos de quatro anos de escolaridade.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu avanços significativos para a educação brasileira, como a definição de um investimento mínimo em educação básica. No entanto, a efetivação desses direitos na prática ainda é um desafio. Como aponta Abrahão (2005, p. 2), [...]

A vinculação de recursos de impostos para a educação – reserva de determinado percentual do valor arrecadado via impostos – é uma das medidas políticas mais importantes de disponibilização de meios para o cumprimento do vasto elenco de responsabilidades do poder público nessa área.

Nos anos 2000, o governo brasileiro implementou o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que tinha como objetivo erradicar o analfabetismo entre jovens e adultos. Este programa focava em metodologias inovadoras e na formação de educadores. Além disso, iniciativas como o Movimento Todos pela Educação foram criadas para mobilizar a sociedade civil em torno da melhoria da qualidade da educação.

Com a chegada do novo milênio, os desafios se tornaram mais complexos. A inclusão digital e as novas tecnologias passaram a ser consideradas essenciais para o processo de alfabetização. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi ampliado para incluir materiais que abordassem essas novas demandas.

Em 2017, foi lançado o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que visa garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade. Este pacto envolve estados e municípios em um esforço conjunto para melhorar as práticas pedagógicas e formar professores capacitados.

Com o objetivo de ampliar o tempo de escolaridade e garantir o desenvolvimento integral das crianças, o governo federal, em parceria com estados e municípios, implementou a Lei nº 11.274/2006. Essa lei tornou obrigatório o ingresso de crianças de seis anos no ensino fundamental e ampliou sua duração para nove anos.

[...] assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla. É evidente que a maior aprendizagem não depende do aumento do tempo de permanência na escola, mas sim do emprego mais eficaz do tempo. No entanto, a associação de ambos deve contribuir significativamente para que os educandos aprendam mais (BRASIL, 2004, p. 17).

A evolução das políticas públicas de alfabetização no Brasil é um reflexo das mudanças sociais e políticas que moldaram o país ao longo do tempo. Embora tenham sido feitos progressos significativos na redução do analfabetismo e na promoção da educação inclusiva, ainda há muito trabalho pela frente para garantir que todos os brasileiros tenham acesso à educação básica adequada. A continuidade do investimento em programas eficazes e na formação docente é crucial para enfrentar os desafios persistentes nesse campo.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO

A educação sempre foi uma preocupação central na sociedade e passou por transformações significativas, especialmente a partir da década de 1990. Políticas públicas como o Plano Nacional de Educação (PNE) e programas como o Diversidade na Universidade e o Mais Educação impulsionaram mudanças na qualidade do ensino, demandando constante atualização dos profissionais da educação. (RODRIGUES; ABRAMOWICZ, 2013).

Como salienta Nóvoa (1999), a formação de professores é um terreno fértil para transformações, pois molda não só profissionais, mas a própria profissão. A constante evolução da educação exige que os docentes se qualifiquem continuamente, enfrentando desafios inerentes ao ato de ensinar.

[...] ora porque uma nova lei havia sido promulgada, ora porque um novo governo assumia para tudo mudar mantendo a mesmice da escola e suas mazelas, ora porque a formação inicial que tivemos era submetida a uma avaliação negativa, o que impunha que fôssemos mais bem preparados, ora porque modelos metodológicos cientificamente

embasados, tornados modismos, perdiam sua hegemonia (COLLARES; MOYSÉS; GERALDI, 1999, p. 203).

A formação docente é um processo fundamental para a construção da identidade profissional e da prática pedagógica. Ao desenvolver competências como o ensino, a pesquisa e a análise crítica da realidade, o professor ultrapassa a simples transmissão de conteúdo. Ele se torna um agente de transformação social, capaz de promover o desenvolvimento integral dos alunos e de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 88). A prática docente é o coração da formação do educador.

[...] a fim de que se fortaleçam os professores em termos teórico-práticos, possibilitando-lhes uma reflexão constante sobre sua atuação e os problemas enfrentados e uma instrumentalização naqueles conhecimentos imprescindíveis ao redimensionamento da sua prática (KRAMER, 2006, p. 197).

Um aspecto importante da formação docente é a atualização contínua. O campo da educação está em constante evolução, com novas pesquisas e abordagens pedagógicas surgindo regularmente. Professores que participam de programas de formação continuada estão mais aptos a incorporar novas estratégias em suas aulas, como o uso de tecnologias digitais e métodos interativos que podem facilitar o processo de alfabetização. Desta maneira Delors coloca que:

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (DELORS, 2003, p. 160)

Além disso, a formação inicial deve incluir uma sólida compreensão das teorias da alfabetização e do desenvolvimento infantil. Isso permite que os educadores identifiquem as diferentes fases do aprendizado dos alunos e implementem intervenções adequadas quando necessário. A literatura aponta que muitos professores se sentem despreparados para

ensinar leitura e escrita devido à falta de formação específica durante sua graduação (Gatti et al., 2017).

Por fim, é importante destacar que a avaliação do impacto da formação docente nas políticas de alfabetização deve ser uma prioridade nas pesquisas educacionais. Estudos longitudinais podem ajudar a entender melhor como diferentes abordagens formativas influenciam os resultados dos alunos ao longo do tempo. Pereira (2011, p. 69), destaca que,

A docência, portanto, é uma atividade complexa porque a realidade na qual o professor atua é dinâmica, conflituosa, imprevisível e apresenta problemas singulares que, portanto, exigem soluções particulares. Exige mobilizações de saberes para o cumprimento do objetivo de educar que é: o desenvolvimento das diferentes capacidades – cognitivas, afetivas, físicas, éticas, estéticas, de inserção social e de relação interpessoal – dos educandos, que se efetiva pela construção de conhecimentos.

No entanto, o grande desafio da educação reside na complexidade de integrar escola, família e comunidade. Essa fragmentação sobrecarrega a escola e os profissionais, que precisam lidar com as mais diversas demandas sociais e a falta de apoio familiar. Diante desse cenário,

Se desejamos ser uma sociedade de pessoas livres e iguais, autoras das normas que regulam nossas vidas, possuímos uma educação igualitária, humana, justa, ética, crítica e criativa, devemos nos atentar que sem voz, sem linguagem, sem comunicação não existe pensamento, e com isso não existe sociedade e cidadão emancipado (GONDIM, s.d. p. 1).

Seguindo essa linha de raciocínio, Silva (s.d., p. 3) assevera que a escola, além de sua função instrucional, tem o papel de incitar nos alunos a paixão pela descoberta e a contemplação do conhecimento.

A escola deve encarar as seguintes demandas sociais: Aprimorar o aluno como pessoa; uma escola democrática; preparar o aluno para o exercício da cidadania; qualificar o aluno para progredir no mundo do trabalho; A articulação da escola com a família; Solidariedade Humana; Respeitar as diferenças, Tolerância recíproca e zelar pela aprendizagem do aluno (SILVA, s.d. p. 3).

A formação inicial de professores é o primeiro passo para garantir que os educadores possuam as competências necessárias para atuar em sala de aula. Essa formação deve incluir não apenas conhecimentos teóricos sobre pedagogia e didática, mas também práticas que permitam aos futuros professores desenvolver habilidades essenciais, como a gestão da sala de aula, a avaliação do aprendizado e a adaptação do currículo às necessidades dos alunos. Segundo Pimenta e Lima (2012), “a formação docente deve ser um processo contínuo que articule teoria e prática, permitindo ao professor refletir sobre sua atuação”.

Além da formação inicial, a formação continuada é crucial para o desenvolvimento profissional dos docentes. O mundo da educação está em constante evolução devido às mudanças sociais, tecnológicas e culturais. Portanto, os professores precisam atualizar seus conhecimentos e práticas regularmente. Programas de capacitação e desenvolvimento profissional podem ajudar os educadores a se familiarizarem com novas metodologias de ensino, tecnologias educacionais e abordagens pedagógicas inovadoras. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), “a valorização do professor passa pela oferta de oportunidades de formação continuada que respeitem suas especificidades”.

Conforme Veiga (2005), no final do século XIX, a educação, embora de responsabilidade estatal, era exercida predominantemente por mestres leigos vinculados à igreja. Esses professores, com autonomia sobre seus métodos e horários, ministravam aulas em suas próprias casas, financiados pela comunidade.

Como aponta Veiga (2005), a Constituição de 1891 transferiu a responsabilidade pelo ensino primário para Estados e Municípios. Essa medida, ao transformar os mestre-escola em servidores públicos, resultou na perda de sua autonomia, submetendo o trabalho docente a regras e regulamentos estabelecidos pelo Estado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) oferece um arcabouço sólido para a educação brasileira. Seus princípios, como a formação de cidadãos críticos e a vinculação da escola ao mundo do trabalho, são fundamentais para o desenvolvimento do país. No entanto, a implementação plena desses princípios ainda enfrenta desafios, especialmente no ensino superior, onde a produção do conhecimento muitas vezes

permanece desconectada das demandas sociais e da necessidade de formar profissionais capazes de transformar a realidade. (PIMENTA, 2008).

Ademais, pesquisas demonstram que há uma correlação significativa entre a qualificação dos professores e o desempenho acadêmico dos alunos. Um estudo realizado por Darling-Hammond (2000) concluiu que “professores bem formados são mais eficazes na promoção do aprendizado dos alunos”. Isso evidencia que investir na formação docente não é apenas uma questão ética ou moral; é também uma estratégia eficaz para melhorar os resultados educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a alfabetização no Brasil enfrentou desafios significativos, como a desigualdade regional e a falta de recursos adequados. A partir da década de 1990, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a criação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), houve um aumento no investimento em educação básica. As políticas públicas começaram a incorporar diretrizes mais inclusivas, visando atender não apenas à alfabetização inicial, mas também ao letramento contínuo.

Nos anos 2000, programas como o Programa Brasil Alfabetizado e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foram implementados com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismo e garantir que todas as crianças estivessem alfabetizadas até os oito anos. Essas iniciativas focaram em metodologias que valorizam a prática do letramento em contextos reais, promovendo uma educação mais significativa.

As políticas públicas brasileiras têm enfatizado uma abordagem construtivista na alfabetização e no letramento. Isso significa que as práticas educativas buscam envolver os alunos ativamente no processo de aprendizagem, utilizando materiais diversificados e contextualizados. O foco não está apenas na decodificação de palavras, mas também na compreensão crítica dos textos e na produção escrita.

Além disso, há um reconhecimento crescente da importância do letramento digital em um mundo cada vez mais tecnológico. As políticas

têm buscado integrar essas competências às práticas pedagógicas, preparando os estudantes para os desafios contemporâneos.

Os impactos das políticas públicas sobre alfabetização e letramento são visíveis em diversos aspectos da sociedade brasileira. A redução dos índices de analfabetismo é um reflexo direto dessas iniciativas; segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), houve uma queda significativa nos níveis de analfabetismo entre jovens e adultos nas últimas décadas.

Em suma, as políticas públicas brasileiras têm avançado significativamente no campo da alfabetização e do letramento ao longo das últimas décadas. Embora tenham gerado resultados positivos em termos de redução do analfabetismo e promoção do letramento crítico, é crucial continuar investindo em estratégias que garantam equidade no acesso à educação para todos os cidadãos brasileiros. O fortalecimento dessas políticas deve ser acompanhado por avaliações constantes para assegurar sua eficácia frente às novas demandas sociais.

REFERÊNCIAS

Alvarez, M. G. (1987). Fundamentos de La Formación Permanente del Profesorado mediante el Empleo del Video. Alcoy: Editorial Marfil, S. A.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1996.

BRASIL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação infantil- Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL, M. E. Fundo de Desenvolvimento para a Educação Básica e Valorização dos Profissionais da educação. Brasília, MEC/SEF, 2007.

Bogdan, R. Biklen, S. (1994). Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação. Lei n. 13.005, de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 2014.

CANDAU, V. M; LELIS, I. A. A relação teoria-prática na formação do educador. In. Rumo a uma nova didática. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KRAMER, S. Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis RJ: Vozes, 1994.

NÓVOA, A. Para o estudo sócio histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. Teoria & Educação, n. 4, p. 109-139, 1991.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. Educação: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. O passado e o presente dos professores. In: _____. Profissão professor. Porto: Porto Editora, 1999, p. 13-21.

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA: USO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO EXTERNA PARA ATOS REGULATÓRIOS ELABORADOS PELO INEP

Tânia Aparecida Soares¹
Rodrigo Otávio dos Santos²

INTRODUÇÃO

Os instrumentos de avaliação externa, concebidos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), em parceria com a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), têm como objetivo atender aos atos de ingresso e permanência das Instituições de Ensino Superior (IES). Esses instrumentos tomam como base os princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que também orienta a avaliação de cursos e o desempenho dos estudantes, estabelecendo padrões de qualidade para a educação superior.

Elaborados para orientar os avaliadores cadastrados no Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis), os instrumentos apresentam flexibilidade e abrangência. Eles garantem uma avaliação fiel das instituições e cursos de graduação, destacando suas especificidades e viabilizando a identificação de seus perfis. Indicadores diagnósticos são incorporados para viabilizar análises consistentes da realidade educacional.

O Ministério da Educação (MEC), reconhecendo a avaliação externa in loco como um processo regulatório e dinâmico, integra esses instrumentos ao SINAES para ajustar periodicamente os procedimentos e adequá-los às diferentes situações e contextos enfrentados pela educação superior brasileira. Esses instrumentos constituem elementos fundamentais para a definição da qualidade desejada.

¹ Pós-doutoranda em Educação e Novas Tecnologias (UNINTER). Doutora e Mestre em Educação e Novas Tecnologias UNINTER. Integrante no Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis). CV: <http://lattes.cnpq.br/3766241525353282>

² Pós-doutorado em Tecnologia e Sociedade (UTFPR). Doutor em História (UFPR). Professor (UNINTER). CV: <http://lattes.cnpq.br/0668156094746596>

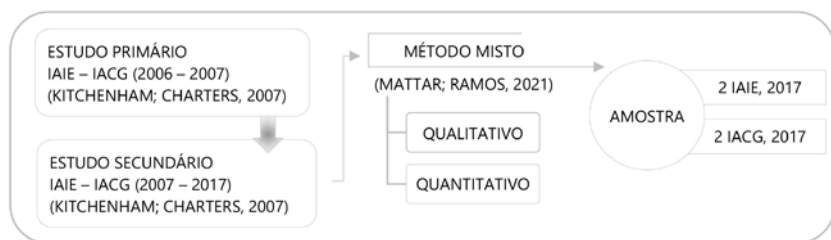
Este trabalho apresenta uma análise dos 25 instrumentos de avaliação publicados pelo INEP entre 2006 e 2017. Ele propõe uma abordagem metodológica baseada na análise de revisão sistemática, conforme os princípios do SINAES, com o intuito de demonstrar como os instrumentos, além de regularem os processos avaliativos, contribuem para a formulação de políticas públicas e para o aprimoramento da educação superior no Brasil.

As conclusões evidenciam que, dos 25 instrumentos analisados, apenas quatro, publicados em 2017, atendem plenamente aos critérios de análise estruturados de forma aditiva, conforme descrito na Nota Técnica nº 16/2017. Esses instrumentos indicam que os conceitos 1 e 2 requerem evidências adicionais em relação ao conceito 3, enquanto os conceitos 4 e 5 estabelecem critérios complementares em relação aos conceitos anteriores.

A análise documental conduzida utiliza “materiais elaborados” (GIL, 2008, p. 55) pelo INEP no período de 2006 a 2017. Além disso, adota-se a metodologia de revisão sistemática, como proposta por Kitchenham e Charters (2007, p. 2), a fim de garantir uma abordagem “confiável, rigorosa e aditável” para a pesquisa. O estudo descritivo identifica “padrões de coleta de dados” (GIL, 2008, p. 43), enquanto a pesquisa explicativa “explora fatores que esclarecem os fenômenos observados” (GIL, 2008, p. 44).

A classificação de estudos primários e secundários integra as evidências aos objetivos da pesquisa, para a realização de “análise e interpretação de evidências existentes” (KITCHENHAM; CHARTERS, 2007, p. 4), com a finalidade de sanar diferentes problemas voltados aos estudos primários, destacando o papel dos instrumentos concebidos pelo INEP na avaliação externa, sobre o objeto da pesquisa em questão:

Gráfico 1 – Proposta metodológica de revisão sistemática.



Fonte: SOARES, Tânia Aparecida. Tese (Doutorado Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional UNINTER, Curitiba, 2022.

A revisão sistemática, como forma de pesquisa utiliza fontes de determinado tema, auxilia na elaboração e no desenvolvimento da investigação com o propósito de evidenciar estratégias de intervenção específicas. Por meio da aplicação de métodos sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada, essa abordagem estabelece fundamentos sólidos para a análise.

No contexto da revisão sistemática de estudos primários, as investigações originais envolvem resultados baseados na observação durante a aplicação de métodos científicos. Os dados primários são considerados indispensáveis nesse processo, sendo obtidos diretamente pelo pesquisador por meio de experiências e instrumentos próprios. Essa coleta visa abordar o fenômeno de estudo de maneira detalhada e fundamentada.

Adotando uma perspectiva metodológica de revisão sistemática de estudo secundário, este estudo propõe examinar e sintetizar de maneira sistemática a natureza da pesquisa. Por meio dessa trajetória detalhada, busca-se identificar lacunas que resultaram na seleção de uma amostra confiável, considerando o universo de instrumentos de avaliação externa publicados entre 2006 e 2017 pelo INEP, disponíveis no sítio oficial do órgão.

Nesse universo, a amostra foi composta por 2 (dois) Instrumentos de Avaliação Institucional Externa (IAIE – atos de entrada e permanência), publicados pela Portaria MEC nº 1.382, de 31/10/2017, e por 2 (dois) Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG – atos de entrada e permanência), conforme a Portaria MEC nº 1.383, de 31/10/2017. Esses instrumentos contemplam as modalidades de ensino presencial e a distância. Quando selecionada criteriosamente, a amostra proporciona resultados confiáveis no levantamento com o auxílio de procedimentos sistemáticos, conforme descrito por Gil (2008, p. 141).

A abordagem metodológica delimitou-se entre análises qualitativas e quantitativas dos instrumentos de avaliação externa, facilitando a interpretação das relações e teorias envolvidas. Sob a responsabilidade da pesquisa explicativa, buscou-se conectar ideias e identificar fatores capazes de compreender as causas e efeitos dos fenômenos estudados.

A análise utilizou os “métodos mistos”, que integram abordagens qualitativa e quantitativa, justificando sua aplicação nesta pesquisa, como definido por Mattar e Ramos (2021, p. 134). Dentro da abordagem de

métodos mistos, a pesquisa fundamenta-se nas explicações de João Mattar e Daniela Karine Ramos (2021, p. 132), segundo as quais o método “incorpora elementos das abordagens qualitativa e quantitativa”. Essa integração, conforme Creswell e Creswell (2018, p. 218, apud Mattar; Ramos, 2021, p. 137), permite uma perspectiva abrangente dos fenômenos investigados, viabilizando análises profundas e possibilitando comparações entre os dados coletados.

ANÁLISE SISTEMÁTICA DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO (2006 ATÉ 2017)

O Ministério da Educação (MEC), criado pelo Decreto n.º 19.402 em 1930, atribuiu ao INEP, desde 2002, a responsabilidade pela elaboração de instrumentos de avaliação e pela constituição de comissões de avaliadores para analisar in loco o ensino superior brasileiro. Com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) pela Lei nº 10.861/2004, a avaliação externa passou a considerar uma análise global e integrada das dimensões, atividades e responsabilidades das Instituições de Ensino Superior (IES) e seus cursos.

A partir de 2006, o SINAES disponibilizou instrumentos específicos para cada eixo, dimensão e indicador, como o Instrumento de Avaliação Institucional Externa (IAIE) e o Instrumento para Avaliação de Cursos de Graduação (IACG), publicados pelas Portarias MEC nº 300 e nº 563, respectivamente. Esses instrumentos asseguraram a diversidade regional, a identidade institucional e a qualidade dos processos avaliativos.

Em 2007, novos avanços foram introduzidos, como o sistema e-MEC, que trouxe maior agilidade à tramitação dos processos e reformulou relatórios e instrumentos. Nesse ano, o INEP também aprovou instrumentos específicos para a autorização de cursos de graduação, baseando-se em dimensões como organização institucional, corpo social e instalações físicas.

Até 2008, o MEC, por meio do INEP, continuou aprimorando os processos regulatórios com a implementação de novos instrumentos, como o destinado à renovação do reconhecimento dos cursos de graduação e outro específico para cursos de Medicina. Essas iniciativas consolidaram os ciclos avaliativos do SINAES e reforçaram os mecanismos de avaliação e supervisão do ensino superior, sendo eles:

Tabela 1 – Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG, 2008)³.

ANO	ATO	MODALIDADE	INSTRUMENTO
2008	IACG	Presencial e EAD	Reconhecimento (bacharelado-Licenciatura)
	IACG	Presencial	Reconhecimento do curso de Direito

Fonte: INEP – Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG, 2008).

Em 2008, a publicação do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG) para reconhecimento de bacharelado, licenciatura e Direito introduziu critérios mais objetivos.

Esses instrumentos enfatizaram a especificidade de cada ato avaliativo e exigiram, ao final do preenchimento dos indicadores das três dimensões, a inclusão de um relato global analítico sobre os indicadores avaliados. Entretanto, os instrumentos não foram oficializados pelo INEP por meio de Portaria Ministerial no Diário Oficial da União (D.O.U.).

Já em 2010, o INEP disponibilizou 13 instrumentos em seu site oficial, sendo 6 para Avaliação Institucional Externa (IAIE) e 7 para Avaliação de Cursos de Graduação (IACG). O Ofício Circular MEC/INEP/DAES/CONAES nº 67, de 9 de julho de 2010, formalizou seis instrumentos para atos de entrada e permanência, introduzindo diversas modificações com o objetivo de corrigir falhas regulatórias nos processos avaliativos, sendo eles:

Tabela 2 – INEP – Instrumentos de Avaliação Externa (IAIE; IACG, 2010).

ANO	ATO	MODALIDADE	INSTRUMENTO
2010	IAIE (entrada)	Presencial	Credenciamento
	IAIE (entrada)	EAD	Credenciamento
	IAIE (entrada)	EAD	Credenciamento de Polo
	IAIE (permanência)	Presencial e EAD	Recredenciamento
	IACG (entrada)	EAD	Autorização
	IACG (permanência)	EAD	Reconhecimento

Fonte: INEP – Instrumentos de Avaliação Externa (IAIE; IACG, 2010).

³Disponíveis no site Instrumentos de avaliação — INEP (www.gov.br). Acesso em: 12 mar. 2025.

O apoio do INEP, da Diretoria e Avaliação da Educação Superior (DAES) e com as orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), foi fundamental na fase de elaboração desses instrumentos de avaliação externa, pois possibilitou celeridade no processo avaliativo.

Não menos importante, foi inserir na elaboração desses instrumentos, as diretrizes instituídas pelo SINAES como referência, de forma a assegurar como padrão de qualidade, fatores como flexibilidade, abrangência, identidade e fidelidade do processo avaliativo, contribuindo assim com uma análise substancial da realidade no qual se encontra inserida.

Nesse mesmo ano em 2010, dentre a publicação dos seis instrumentos IAIE, o INEP disponibilizou no seu site: <https://www.gov.br/inep>, sete Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG), sendo quatro instrumentos para atender atos de entrada e três instrumentos para atender atos de permanência, incumbidos de orientar a avaliação externa dos cursos de graduação, sendo eles:

Tabela 3 – Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG, 2010).

ANO	ATO	MODALIDADE	INSTRUMENTO
2010	IACG (entrada)	Presencial	Autorização do Curso de Medicina
	IACG (entrada)	Presencial	Autorização de Bacharelado e Licenciatura
	IACG (entrada)	Presencial	Autorização do Curso de Direito
	IACG (entrada)	Presencial	Autorização de Curso Tecnólogo
	IACG (entrada)	Presencial	Reconhecimento de Curso de Pedagogia
	IACG (entrada)	Presencial	Reconhecimento de Curso de Medicina
	IACG (permanência)	EAD	Renovação de Reconhecimento

Fonte: INEP – Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG, 2010).

Quanto aos sete Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG, 2010) – também disponibilizados no site: <https://www.gov.br/inep>, houve a preocupação do INEP, em separar os instrumentos de

autorização, dos instrumentos de reconhecimento de curso e dos instrumentos de renovação de reconhecimento de curso, de forma a indicar as especificidades para os cursos de Medicina, Direito, Pedagogia e os cursos superiores de tecnologia.

Sendo a avaliação externa um processo dinâmico, o Ministério da Educação (MEC) juntamente com o INEP, se vê responsável por ajustar periodicamente os instrumentos a diferentes contextos, a fim de torná-los balizadores do padrão de qualidade da educação superior brasileira.

A efetivação desses processos, permanecera em contínuo aperfeiçoamento, visando o atendimento do fluxo e o monitoramento da qualidade das instituições e dos cursos de graduação, no sistema federal de ensino. No ano de 2012 o INEP, publica um único IACG nas modalidades presencial e a distância, procurando imprimir equilíbrio entre subjetividade e objetividade, com total padronização para cursos e avaliações:

Tabela 4 – Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG, 2012).

ANO	ATO	MODALIDADE	INSTRUMENTO
2012	IACG (entrada)	Presencial e EAD	Autorização
	IACG (permanência)	Presencial e EAD	Reconhecimento
	IACG (permanência)	Presencial e EAD	Renovação Reconhecimento

Fonte: INEP – Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação (IACG,2012)⁴.

A avaliação externa in loco tornou-se uma etapa essencial do processo regulatório, equilibrando subjetividade e objetividade na análise. Os instrumentos passaram a subsidiar atos como autorização, reconhecimento e renovação de cursos de graduação (tecnólogo, licenciatura e bacharelado), nas modalidades presencial e a distância. Com a consolidação da Portaria Normativa 40/2007, em 2010, os indicadores desses instrumentos passaram a tramitar exclusivamente no sistema eletrônico e-MEC. Avaliadores designados atribuíam conceitos de 1 a 5, considerando os critérios de análise para cada indicador nas três dimensões avaliadas.

⁴Instrumentos disponíveis em: Instrumentos de avaliação — INEP (www.gov.br). Acesso em: 12 mar. 2025.

Em 2012, com base na Portaria Normativa nº 40/2007, foi publicado o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância no site oficial do Inep. O sistema e-MEC estruturou o gerenciamento de informações sobre regulação, avaliação e supervisão, garantindo padrões de qualidade alinhados à Lei do SINAES nº 10.861/2004.

Tabela 5 – Instrumentos de Avaliação Externa (IAIE e IACG, 2015 – vigentes).

ANO	ATO	MODALIDADE	INSTRUMENTO
2015	IAIE (entrada)	Presencial e EAD	Credenciamento
	IAIE (permanência)	Presencial e EAD	Recredenciamento
	IAIE (permanência)	Presencial e EAD	Transformação da Organização Acadêmica
2015	IACG (entrada)	Presencial e EAD	Autorização
	IACG (permanência)	Presencial e EAD	Reconhecimento
	IACG (permanência)	Presencial e EAD	Renovação Reconhecimento

Fonte: INEP – Instrumentos de Avaliação Externa (IAIE; IACG, 2015).

Com a finalidade de subsidiar os atos de entrada e os atos de permanência, nas modalidades presenciais e a distância de instituições de ensino superior e de cursos de graduação, a publicação desses instrumentos estruturados por dimensões, com número diversificado de indicadores, representam um amadurecimento do INEP, se considerar a padronização de indicadores, periódica implementação dos instrumentos e a atualização presente em todo processo regulatório avaliativo.

Embora em abril de 2016, o INEP não tenha disponibilizado o instrumento de avaliação externa no site: Inep (www.gov.br), esse foi publicado no endereço eletrônico [instrumento_2016.pdf](#) (inep.gov.br).

Ao ser comparado com os instrumentos publicados anteriormente, verificou-se que o INEP, manteve na estrutura dos instrumentos, as três dimensões: organização didático e pedagógica, corpo docente e tutorial e a infraestrutura.

A elaboração desses instrumentos, trouxeram consigo um significativo aumento de indicadores na dimensão 1 – organização didático e

pedagógica. Seguindo ainda na dinâmica da instituição dos instrumentos, outro fato que merece relevância, foi a questão dos critérios de análise dos conceitos (1 – 5), atribuídos a cada indicador do instrumento de 2006 até 2016, sendo eles:

Tabela 6 – Critérios de análise – conceitos (1 – 5), instrumento de 2006 – 2016.

CONCEITO	DESCRIÇÃO	LEGENDA
1	Os critérios de análise avaliado configuram um conceito	Não Atende
2	Os critérios de análise avaliado configuram um conceito	Insuficiente
3	Os critérios de análise avaliado configuram um conceito	Suficiente
4	Os critérios de análise avaliado configuram um conceito	Muito Bom
5	Os critérios de análise avaliado configuram um conceito	Excelente

Fonte: INEP – Instrumentos de Avaliação Externa 2006 – 2016 (Inep (www.gov.br)).

Os instrumentos de avaliação, elaborados pelo INEP entre 2006 e 2016, aplicaram conceitos de 1 a 5 para cada indicador, com critérios como insuficiente, suficiente, muito bom e excelente. Esses critérios buscavam estruturar o processo avaliativo externo in loco, mas dificultavam a formulação de juízos de valor sobre as questões abordadas.

Em 25/05/2017, o MEC publicou o Decreto nº 9.057, regulamentando o Art. 80 da Lei nº 9.394/1996, com foco nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em continuidade, a Portaria Normativa MEC nº 11, publicada em 22/06/2017, definiu normas para o credenciamento de instituições e oferta de cursos superiores a distância, estabelecendo diretrizes para atos de criação, oferta e implementação.

Ainda em 2017, o INEP elaborou quatro novos instrumentos de avaliação, alinhados ao marco regulatório desse período. O Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, orientou as funções de regulação, supervisão e avaliação das IES, enquanto a Nota Técnica nº 16/2017 esclareceu o uso de dois Instrumentos de Avaliação Institucional Externa (IAIE), publicados pela Portaria MEC nº 1.382, e de dois Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG), divulgados pela Portaria MEC nº 1.383, revogando normas anteriores, sendo eles:

Tabela 7 – INEP – Instrumentos de Avaliação Externa (IAIE e IACG, 2017 – vigentes)⁵.

ANO	INSTRUMENTO	MODALIDADE	PERMANÊNCIA
2017	IAIE (entrada)	Presencial e EAD	Credenciamento
			Recredenciamento
	IAIE (permanência)	Presencial e EAD	Transformação da Organização Acadêmica
2017	IACG (entrada)	Presencial e EAD	Autorização
			Reconhecimento
	IACG (permanência)	Presencial e EAD	Renovação Reconhecimento

Fonte: INEP – Instrumento de Avaliação Externa (IAIE; IACG, 2017).

A Nota Técnica nº 16 de 15/12/2017 – CGACGIES/DAES, no indicador 2.4, reforça a importância dos órgãos e de um comitê gestor (já constituído pela Portaria MEC nº 670, em 11/08/2017), para implementar os instrumentos de avaliação externa. Essa NT nº 16/2017, trouxe orientações para a implementação dos quatro instrumentos de avaliação e desativou instrumentos anteriores e revogou atos normativos correspondentes. Entretanto, em 2018 foi publicada a Nota Técnica nº 2/2018, para atualizar no item 5.5 o significado, a legenda e o conceito identificado abaixo:

Tabela 8 – Relação entre conceitos de análise.

SIGNIFICADO	LEGENDA	CONCEITO
Ausência crítica do objeto de avaliação ou ausência de evidências dos atributos descritos no conceito 2 ou inexistência de evidências que atendam integralmente o disposto no critério de análise do conceito 2.	INSATISFATÓRIO	1
Ausência de evidências dos atributos descritos no conceito 3 ou inexistência de evidências que não atendam integralmente o disposto no critério de análise do conceito 3.	PARCIALMENTE SATISFATÓRIO	2

⁵Disponíveis em: Instrumentos de avaliação — INEP (www.gov.br). Acesso em: 12 mar. 2025.

SIGNIFICADO	LEGENDA	CONCEITO
Existência de evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3.	SATISFATÓRIO	3
Existência de evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e BOM para o(s) critério(s) aditivo(s) do conceito 4.		4
Existência de evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e MUITO BOM 4 e para o(s) critério(s) aditivo(s) do conceito 5.		5

Fonte: Nota Técnica nº 2/2018/CGACGIES/DAES.

Os conceitos e métricas dos quatro novos instrumentos de avaliação, implementados em 2017, apresentam uma estrutura aditiva que combina fatores quantitativos e qualitativos, atendendo às modalidades presencial e a distância. Esses instrumentos garantem a fidedignidade das informações, auxiliando decisões futuras e promovendo a qualidade da educação superior.

No sistema federal de ensino, os instrumentos conduzidos pelo INEP são utilizados pela SERES, criada pelo Decreto nº 7.480/2011. A Seres autoriza, reconhece e renova cursos de graduação e pós-graduação, buscando elevar os padrões de qualidade e expandir a oferta educacional.

Em 2019, o processo de homologação passou a adotar critérios da Classificação Internacional Normalizada da Educação (Cine Brasil). Desde 1º de junho de 2020, o sistema e-MEC exige o cadastro de cursos de graduação pelas IES, conforme a Portaria nº 1.715/2019, que também criou a Comissão Técnica de Classificação de Cursos (CTCC).

Após 19 anos do SINAES, instituído pela Lei nº 10.861/2004, a avaliação externa tornou-se central no processo regulatório, buscando equilibrar autoavaliação interna e avaliação externa in loco. No entanto, discrepâncias entre indicadores e falhas no controle e na tramitação dos instrumentos, evidenciadas em 2015, destacaram fragilidades no sistema.

O SINAES enfatiza a padronização, detalhamento e uniformidade no controle da qualidade, mas muitas vezes desconsidera questões locais e regionais. A reestruturação dos instrumentos pelo MEC, alinhada às demandas regulatórias, buscou melhorar os relatórios elaborados pelos avaliadores do BASis, embora desafios relacionados à subjetividade e objetividade dos processos permaneçam.

RESULTADOS

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), ao promover a avaliação de instituições e cursos de graduação conforme a Lei Federal nº 10.861, publicada em 14 de abril de 2004 (Art. 2º, I), assegurou a “avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada” por meio dos instrumentos de avaliação externa.

A análise da base de dados do INEP, entre 2006 e 2017, no contexto do SINAES, demonstrou o uso consistente dos instrumentos de avaliação externa para atos de entrada e permanência de Instituições de Ensino Superior (IES) e cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, em processos regulatórios de avaliação externa in loco, a saber:

Tabela 9 - Instrumentos de Avaliação Externa (2006 – 2017)⁶.

ANO	QUANT.	INSTRUMENTO	ENTRADA	PERMANÊNCIA
2006	2	Instrumento de Avaliação Externa	1 (IAIE)	1 (IACG)
2007	1	Instrumento de Avaliação Externa		1 (IACG)
2008	2	Instrumento de Avaliação Externa		2 (IACG)
2010	13	Instrumento de Avaliação Externa	6 (IAIE)	7 (IACG)
2012	1	Instrumento de Avaliação Externa		1 (IACG)
2015	2	Instrumento de Avaliação Externa	1 (IAIE)	1 (IACG)
2017	4	Instrumento de Avaliação Externa	2 (IAIE)	2 (IACG)
TOTAL	25	TOTAL	10 (IAIE)	15 (IACG)

Fonte: SOARES, Tânia Aparecida. Tese (Doutorado Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional UNINTER, Curitiba, 2022.

⁶IAIE e IACG, disponíveis em: Instrumentos de avaliação — INEP (www.gov.br). Acesso em: 12 mar. 2025.

A revisão sistemática avaliou a aplicação dos instrumentos, o contexto de implementações possíveis, a abrangência do processo regulatório e a síntese dos resultados na prática baseada em evidências.

A publicação dos 25 instrumentos permitiu aos avaliadores aferirem os critérios estabelecidos durante a avaliação, considerando as orientações normativas desde a criação do SINAES até a publicação desses instrumentos no site oficial do INEP (www.gov.br), para as instituições de educação superior.

A implementação desses instrumentos, evidenciou uma dinâmica de avaliações subjetivas e qualitativas no período de 2006 a 2007. Entre 2008 e 2010, destacou-se uma abordagem predominantemente objetiva e quantitativa. De 2011 a 2012, os instrumentos foram padronizados para equilibrar aspectos subjetivos e objetivos da avaliação. Entre 2015 e 2016, garantiu-se a coerência entre as análises qualitativas e quantitativas, enquanto, em 2017, o processo regulatório passou a exigir evidências que comprovassem ações inovadoras e exitosas, evidenciadas na tabela que segue:

Tabela 10 – Implantação do IAIE e IACG pelo INEP no período de 2006 até 2017.

PERÍODO	FASE	AVALIAÇÃO
2006 até 2007	Implementação	Subjetiva e Qualitativa
2008 até 2010	Detalhamento	Objetiva e Quantitativa
2011 até 2012	Equilíbrio	Subjetiva e Objetiva
2015 até 2016	Coerência (análise sistêmica e global)	Quantitativa e Qualitativa
2017 atual	Inovação (ações inovadoras e exitosas)	Quantitativa e Qualitativa

Fonte: SOARES, Tânia Aparecida. Tese (Doutorado Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional UNINTER, Curitiba, 2022.

Entre 2006 e 2010, o INEP disponibilizou diversos instrumentos para as IES, com foco na especificidade de cada tipo de avaliação. A partir de 2012, consolidou-se a publicação de um único instrumento voltado aos atos de entrada e permanência, visando o equilíbrio dos cursos de graduação. Em 2015, foram publicados os instrumentos IAIE e IACG, e, em 2016, os instrumentos mantiveram a estrutura de três dimensões, promovendo coerência e análise sistêmica.

Apesar disso, os quatro instrumentos publicados em 2017 apresentaram fragilidades na qualidade pretendida, mesmo com o alinhamento dos indicadores. Ainda assim, evidenciaram ações exitosas e inovadoras, com resultados que apontaram melhorias na qualidade da oferta. No entanto, esses instrumentos trataram superficialmente as questões locais e regionais, demonstrando certa preocupação do INEP com o processo regulatório, mas também expondo discrepâncias nesse contexto.

CONSIDERAÇÕES

No contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei Federal nº 10.861, publicada em 14/04/2004, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) estabeleceu diretrizes que promoveram a avaliação das instituições de ensino superior e dos cursos de graduação, tanto nas modalidades presencial quanto a distância, fomentando a qualidade e a expansão da oferta educacional no cenário nacional.

O artigo analisou instrumentos originais, disponibilizados no site INEP entre 2008 e 2017, e utilizou a metodologia de revisão sistemática, conforme proposto por Kitchenham e Charters (2007, p. 2), para “apresentar uma avaliação justa de um tópico de pesquisa usando uma metodologia confiável, rigorosa e auditável”. A revisão sistemática de estudos secundários possibilitou a análise detalhada de instrumentos de avaliação externa publicados pelo INEP entre 2006 e 2007, período considerado como de implantação experimental.

A pesquisa identificou aspectos relacionados à publicação de instrumentos originais pelo INEP a partir de 2008 e apresentou indicadores essenciais sobre o uso dos instrumentos publicados no segundo semestre de 2017, atualmente em vigência. A adoção do rigor metodológico da revisão sistemática foi decisiva para compreender as transformações e inovações ocorridas nos processos regulatórios entre 2006 e 2017.

Os instrumentos publicados entre 2011 e 2012 alcançaram equilíbrio, coerência e análise sistêmica, características que marcaram o período de 2015 a 2016, com avaliações qualitativas e quantitativas. Em 2017, os quatro instrumentos publicados desempenharam um papel central na implementação de ações inovadoras e exitosas, padronizando e uniformi-

zando a qualidade em um contexto influenciado pela era digital. Apesar dos avanços, a consolidação da cultura avaliativa nos espaços institucionais ainda se mostrou desafiadora.

Embora o processo avaliativo deva ser objetivo, subjetivo, qualitativo ou quantitativo, a pesquisa revelou que, na prática, a avaliação ocorre de forma ritualizada. A análise sistemática dos instrumentos evidenciou que a aplicação fidedigna contribuiu não apenas para decisões estratégicas, mas também para a reformulação de políticas públicas e o fortalecimento da qualidade da educação superior no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15/12/2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25/05/2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.480, de 17/04/2011.** Cria a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), responsável pela formulação de políticas para a regulação e supervisão de Instituições de Educação Superior (IES), públicas e privadas, pertencentes ao sistema federal de educação superior. Disponível em: Decreto nº 5773 ([planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)). Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 19.402, em 14/11/1930.** Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Disponível em: d19402.doc ([mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)). Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14/04/2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Lei GERAL nº 9.394, de 20/12/1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Nota Técnica nº 2/2018** – CGACGIES/DAES. Disponível em: SEI/INEP - 0159763 - Nota Técnica. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Nota Técnica nº 16 de 15 de dezembro de 2017** – CGACGIES/DAES. Disponível em: [nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf](#). Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Ofício Circular MEC/INEP/DAES/CONAES nº 67 em 09/07/2010.**

Disponível em: Alterações nos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa, Cursos de Graduação e de Tecnologia (abmes.org.br). Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 11, em 20/06/2017.** Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Disponível em: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (mec.gov.br). Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Portaria MEC nº 1.382, de 31/10/2017.** Aprova, em extratos, os indicadores dos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, reconhecimento e transformação de organização acadêmica nas modalidades presencial e a distância. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Portaria MEC nº 1.383, de 31/10/2017.** Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância. Disponível em: <https://www.abmes.org.br/arquivos/legislacoes>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007** (DOU nº 239, de 13/13/2007). Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. Disponível em: Superior_final.pmd (mec.gov.br). Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Portaria MEC nº 1.751, de 26/10/2006.** Divulga o Banco de Avaliadores dos Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis. Disponível em: Portaria MEC nº 1.751, de 27 de outubro de 2006 (INEP.gov.br). Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 563, de 21/02/2006.** Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do SINAES. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?> Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 300, de 30/01/2006.** Aprova o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do SINAES. Brasília, DF: 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 12 mar. 2025.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social.** 6ª. Ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

KITCHENHAM, B. and CHARTERS, S.: **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering.** Technical Report EBSE 2007-001, Keele University and Durham University Joint Report (2007). Disponível em: slr.key (uni-koblenz.de). Acesso em: 12 mar. 2025.

MATTAR, J.; RAMOS, D. K. **Metodologia da Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. 1. Ed. São Paulo: Edições 70, 2021.

SOARES, T. A. **Educação e Novas Tecnologias:** uso de simulador na avaliação externa institucional e de cursos de graduação no Brasil. 2022. Tese (Doutorado em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional UNINTER, Curitiba, 2022. Disponível em: Versão Final_Tese Doutorado_Tânia Aparecida Soares (1).pdf (uninter.com). Acesso em: 12 mar. 2025.

SOBRE O ORGANIZADOR

CLEBER BIANCHESSI

Doutor em Educação e Novas Tecnologias (UNINTER). Mestre em Educação e Novas Tecnologias (UNINTER). Especialização em Mídias Integradas na Educação (UFPR); Especialização em Gestão Pública (UFPR); Especialização em Desenvolvimento Gerencial (FAE Business School); Especialização em Interdisciplinaridade na Educação Básica (IBPEX); Especialização em Saúde para Professores do Ensino Fundamental e Médio (UFPR). Graduação em Administração de Empresas (UNICESUMAR). Graduação em Filosofia (PUC-PR), Sociologia (PUC-PR) e História (PUC-PR).

E-mail: cleberbian@yahoo.com.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 14
Acesso à Água Potável 52–53
Administração Pública 9, 11, 16,
19, 36, 55–57, 59–60, 63
Agricultura Familiar 38, 42
Alfabetização 71–78, 80–81
Alimentação Escolar 28, 35,
38–41, 43
Alimentação Saudável 41
Ambiente Escolar 24, 27, 30–31
Analfabetismo 72–76, 80–81
Apoio Familiar 28, 32, 78

B

Bem-Estar 36

C

Carta de Serviços ao Usuário
9–10, 15–16, 18, 20
Cobertura Vacinal 45–53
Conhecimento Organizacional
56
Conhecimento Teórico 67
Conselhos de Alimentação
Escolar 40

D

DataSUS 47
Descentralização 42
Desempenho Acadêmico 26,
32, 39, 80
Desenvolvimento Social 25, 29,
38, 43, 71
Desigualdade Regional 80
Desigualdade Social 25–27
Desnutrição 38–40

E

Educação 23–33, 36, 38–41, 43,
53, 71–81, 83–84, 86, 88–89, 91,
93–96, 99
Educação Nutricional 40–41
Eficiência dos Serviços 14, 20
Eficiência Organizacional 67
Ensino Fundamental 75–76, 99
Ensino Médio 23, 25–30, 32–33

Ensino Superior 80, 83, 86–87,
90, 94, 96
Equidade no Acesso à Educação
81
Escolas Públicas 33, 35, 38–39,
42
Estratégias Governamentais de
Saúde 54
Evasão Escolar 23, 25–33, 39

F

Fatores Socioeconômicos 32
Formação de Professores 76, 83
Fundeb 80

G

Gestão de Processos 55–57,
59–60, 65, 67
Gestão Pública 11, 14, 18, 56, 99

H

Hábitos Alimentares 35, 38,
40–42
Hesitação Vacinal 52–53

I

Inclusão Social 40, 72
Inovação em Serviços Públicos
55
Insegurança Alimentar 35, 39, 42
Instituições Públicas 9, 11, 14, 20

L

Lei de Diretrizes e Bases da
Educação Nacional (LDB) 30,
74, 79
Letramento 71–73, 80–81
Letramento Digital 81

M

Mapeamento de Processos
55–56, 66
Metodologias de Ensino 31, 79
Modelagem de Processos 16,
61, 63, 66
Motivação dos Alunos 32

N

Nutrição 38–39, 41

O

Orçamento Público 14

P

Pacto Nacional pela Alfabetização
na Idade Certa 72, 75, 80
Pandemia 41
Poliomielite 45–47, 51–53
Políticas Públicas 13, 19, 28–31,
35–38, 41, 52, 71–74, 76, 80–81,
84
Práticas Pedagógicas 29, 75, 81
Programa Brasil Alfabetizado
75, 80
Programa Nacional de
Alimentação Escolar 35, 39, 41
Programa Nacional de
Imunização 46–47

Q

Qualidade da Educação 73, 75,
89, 93
Qualidade do Ensino 24, 31–32,
76
Qualidade dos Serviços 14

R

Recursos Financeiros 24, 42
Recursos Públicos 41, 55, 74
rede pública 23, 32–33, 35, 41
Redução da Cobertura Vacinal 52
Redução do Analfabetismo 73,
76, 81
Risco de Recirculação do
Poliovírus 54

S

Saúde Pública 39, 53, 74
Segurança Alimentar 35, 38–42
Serviço Público 9–10, 56

T

Transformação Digital 14, 16, 20
Transparência das Informações
Públicas 20



Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br